

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

Ana Paula da Conceição Amorim Pedrosa

**A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA PREFEITURA DO
RECIFE – PERNAMBUCO.**

RECIFE

2013

Ana Paula da Conceição Amorim Pedrosa

**A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA PREFEITURA DO
RECIFE- PERNAMBUCO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito, para a obtenção do título de mestre, sob orientação da Profa. Dra. Betânia Maciel de Araújo.

RECIFE

2013

ANA PAULA DA CONCEIÇÃO AMORIM PEDROSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito, para a obtenção do título de mestre, sob orientação da Profa. Dra. Betânia Maciel de Araújo.

Banca Examinadora

Professora Dra. Betânia Maciel de Araújo (orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Professora Dra. Irenilda de Souza Lima (examinadora interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Professor Dr. Ângelo Brás Fernandes Callou (examinador interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Professora Dra. Alcília Ferreira Gonçalves (examinadora externa)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

DEDICATÓRIA

Às minhas duas mães, Luzinete e Josefa, que sempre torceram e me apoiaram em todos os momentos de minha vida. Força e luz em todas as horas da caminhada.

À minha saudosa avó, Severina Maria (in memoriam), partilho com ela a alegria de mais uma conquista.

Ao meu noivo, Ricardo Lima, pelo amor, carinho, companheirismo, afeto, disposição em contribuir com a pesquisa, incentivo e atenção.

AGRADECIMENTOS

Deus. Seu poder infinito me proporcionou a Vida. Sua bondade sem par se traduz em dádivas, ao longo da minha existência. Seu amor de Pai me acolhe e me mantém de pé. Sua mão segue adiante dos meus olhos, livrando-me dos perigos e indicando o caminho certo.

A Betânia Maciel, orientadora atenta, em que carinho e atenção são características pessoais, e de quem recebi incentivos e orientações.

Aos professores examinadores internos, Angelo Brás Fernandes Callou e Irenilda de Souza Lima, por terem aceito o convite para participar da banca de avaliação da dissertação e pelas contribuições científicas e pessoais para a construção deste trabalho.

A professora Alícia Ferreira Gonçalves, examinadora externa, que acompanhou a construção e o amadurecimento deste trabalho.

Ao corpo docente do mestrado, pela dedicação e seriedade ao fomentar milhares de trocas de saberes e conhecimentos.

Aos colegas de sala, pelas reflexões, trabalhos e parcerias acadêmicas e extra-acadêmicas: Jadson Minervino, Iêda Litwak, Ana Cruz.

Às amigas-irmãs de Taquaritinga do Norte, terra onde cresci: Gisele Nascimento, Márcia Cristina, Silvia Jerlândia e Simone Emília.

Aos amigos (as) irmãos (as) que encontrei pelas andanças, especificamente nos tempos da graduação em Campina Grande: Alênicon Pereira, Vanessa Torres, Emanuelle Leite (com Gabriel meu primeiro sobrinho), e Danielle Flávia (com meu segundo sobrinho (a)).

Aos parentes dos amigos que me acolheram no Recife durante as provas de seleção do mestrado e a procura por apartamento: Dona Rúbia, Dona Ivolene, Tatiana, Dona Raimunda, Luís Pedro.

À minha querida tia Teresinha e primo Fabinho, por terem me acolhido em sua residência no início do mestrado.

Ao primo Fábio Ferreira, pelos incentivos e pelo esforço de sempre ajudar.

Aos amigos do Recife: Raissa Santos, Fernanda

A Rosana e Tito, por terem possibilitado a instrumentalização da pesquisa.

A Márcia, pelas informações acadêmicas prestadas do Programa.

A Paula Marinho do Departamento de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, por disponibilizar informações para a pesquisa.

A Shirlei pela disponibilidade em ajudar na documentação para o certificado.

Aos membros dos grupos de Santo Amaro que foram os atores que deram vida e sentido a este trabalho.

À Capes, pelo financiamento que viabilizou a concretização desta dissertação.

Se a pessoa está morrendo de fome, quer que não haja desperdício só da experiência, mas também do lixo que se alimenta”

Boaventura de Sousa Santos

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, desde sua formação em 2000 até 2012. Especificamente objetiva analisar os resultados obtidos nos grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro. Utilizando a metodologia qualitativa e o método do estudo de caso, permeado por entrevistas semiestruturadas realizadas com membros dos grupos produtivos solidários e gestores públicos, apresenta o processo de formação desta política, marco legal e agenda de problemas. A partir da caracterização desta política pública, busca-se problematizar se a ação governamental no campo da Economia Solidária induz a novos modos de ação pública. Neste sentido, conclui-se que os resultados socioeconômicos desta ação pública, para os grupos produtivos analisados no bairro de Santo Amaro, ainda não garantem a reprodução ampliada da vida. À guisa desta responsabilidade, os desafios destas ações, no âmbito geral, referem-se ao financiamento da política, marco legal, garantias de espaços públicos para comercialização dos grupos solidários. Por fim, um retrato mais aproximado da realidade destas ações demanda repensar as estruturas do Estado e seus modos de ação pública.

Palavras-chave: Economia Solidária. Políticas Públicas. Políticas de Economia Solidária. Recife. Santo Amaro.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Politics of Solidarity Economy City of Recife, since its formation in 2000 until 2012. Specifically aims to analyze the results obtained in productive groups supportive of the district of Santo Amaro. Using qualitative methodology and case study method, permeated by semi-structured interviews with members of groups supportive and productive public managers, shows the formation process of the policy, legal and schedule problems. From the characterization of this policy, we seek to problematize the government action in the field of Solidarity Economy induces new modes of public action. In this sense, it is concluded that the socioeconomic outcomes of this public action, for analyzes of productive groups in Santo Amaro, yet ensure expanded reproduction of life. By way of this responsibility, the challenges of these actions within the general framework, refer to the funding policy, legal framework, public guarantees for marketing of solidarity groups. Finally, a picture as close to reality these actions demand rethink the structures of the state and its modes of public action.

Keywords: Solidarity Economy. Public Policy. Political Economy of Development. Recife. Santo Amaro.

LISTA DE SIGLAS

Abep - Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária

Anteag - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

Ades - Agência de Desenvolvimento Solidário da Central dos Trabalhadores

Ceca - Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (Ceca)

Sebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Unisol - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

Concrab - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEES - Forúns Estaduais

FNS - Fundo Nacional de Solidariedade

ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

TEM - Ministério do Trabalho e Emprego

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

Posmex - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

PACs - Projetos Alternativos Comunitários

Rilles - Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social y Solidária

Unitrabalho - Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Senaes - Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal

UCL - Université Catholique de Louvain

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

Unesp - Universidade Estadual de São Paulo

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

FSCAR - Universidade Federal de São Carlos

USP - Universidade de São Paulo

Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo1.....	18
1.1 Por que fazer pesquisa em Economia Solidária?.....	18
1.2 Epistemologia da pesquisa em Economia Solidária: por uma teoria da tradução.....	24
1.3 Indicadores nas Políticas de Economia Solidária.....	30
1.4 Metodologia.....	32
1.5As dificuldades da pesquisa.....	35
Capítulo 2.....	37
2.1.Introdução à Economia Solidária.....	37
2.2 Origens históricas da Economia Solidária.....	37
2.3 A Economia Solidária e a precarização das relações de trabalho.....	38
2.4 A pluralidade dos significados da Economia Solidária.....	43
2.5 Breve biografia de Paul Singer.....	44
2.6 A Economia Solidária como modo de produção e distribuição.....	46
2.7 Breve biografia de Luis Inácio Gaiger.....	50
2.8 Luis Inácio Gaiger e os empreendimentos econômicos solidários.....	52
2.9 A Cáritas brasileira e a caridade libertadora.....	56
2.10 A Cáritas e os Projetos Alternativos Comunitários (PACs).....	58
Capítulo 3.....	62
3. Ação Pública e Economia Solidária.....	62
3.1Políticas públicas: Conceitos.....	62
3.2Tipos de políticas públicas.....	65
3.3Tipologia de Lowi.....	65
3.4Tipologia de Gormley.....	67
3.5Tipologia de Gustafsson.....	68
3,6Tipologia de Bozeman e Pandey.....	69
3.7Ciclo das políticas públicas.....	70
3.8As Políticas de Economia Solidária no Brasil.....	77
3.9A institucionalização da Economia Solidária.....	79
Capítulo 4.....	82
4. O Recife e o apoio à Economia Solidária: estudo de casa.....	82
4.1 O Recife.....	82
4.2 O bairro de Santo Amaro.....	85
4.3A agenda da política de Economia Solidária do Recife.....	86
4.4A formulação e a implementação da Política de Economia Solidária.....	87
4.5Os indicadores marco legal, financiamento da política e espaços públicos.....	88
4.6Caracterização socioeconômica dos grupos produtivos solidários.....	98

.Conclusões.....	101
Referências.....	103
Apêndice I.....	I
Apêndice II.....	ii
Anexo I.....	lii
Anexo II.....	Iv
Anexo III.....	V

Introdução

Este trabalho objetiva analisar a Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, desde a sua formação em 2000 até 2012. Especificamente objetiva analisar os resultados obtidos nos grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro.

A partir da caracterização desta política pública, busca-se problematizar se a ação governamental no campo da Economia Solidária induz a novos modos de ação pública? Para a construção do objeto de pesquisa e tentativa de resposta ao problema formulado, o trabalho está estruturado em quatro capítulos, sob as seguintes categorias de análise: Economia Solidária, Políticas Públicas e Políticas de Economia Solidária.

Dessa maneira, o primeiro capítulo da dissertação versa sobre a construção do conhecimento científico no campo da Economia Solidária, com destaque para as etapas do processo de pesquisa e sua operacionalização, seguidas da criação de indicadores específicos para as análises relacionadas a esta temática. Por fim, as dificuldades da pesquisa nos contextos populares.

No segundo momento do trabalho, o objetivo será o desvelamento do que é a Economia Solidária baseado na pluralidade de significados deste campo. Para fundamentar os debates, recorreremos a três percepções distintas do processo, dentre os autores e instituições que compõem este quadro.

O próximo capítulo tem por finalidade conceituar o que são as políticas públicas, seu ciclo e seus tipos. Para estruturar um quadro mais completo da temática, e considerando sua relação com a Economia Solidária, ainda neste capítulo é traçado um panorama sobre a Política de Economia Solidária do Governo Federal.

O último capítulo visa a compreensão da Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, com detalhamento da política desenvolvida no município e o seu resultado.

Para o cumprimento destes propósitos, o procedimento investigativo é fundamentado na pesquisa qualitativa, baseado em estudo de caso.

A relevância social do trabalho, portanto, se estabelece, pois ele se enquadra dentro das pesquisas que visam contribuir para a criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das Políticas de Economia Solidária. Também constitui ferramenta indispensável para refletir sobre a estrutura de um novo modelo de política pública centrado na emancipação social.

Elucida-se a importância dos estudos que têm por objetivo analisar as Políticas de Economia Solidária, pois este espaço de construção é singular para a abertura da esfera pública à participação da sociedade civil e insita à construção de uma ação governamental baseada na transparência e cidadania, bem como na socialização da política. Em tempo, traz à tona um novo campo de práticas e tem o intuito de fornecer subsídios para a sua consolidação e efetiva entrada na agenda de políticas de Estado.

Assim, a proposta da pesquisa surgiu a partir da participação na especialização em Autogestão e Economia Solidária, desenvolvida na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Durante a monografia do curso, estudamos a Política de Economia Solidária do Governo Federal, por meio do Projeto Brasil Local, e suas ações, em três grupos produtivos solidários localizados na cidade de Campina Grande-PB.

Dando andamento às pesquisas, também concluímos a especialização em Gestão Pública pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), momento em que continuamos os estudos sobre esta mesma temática. Na oportunidade, o trabalho de conclusão do curso versou sobre as Interfaces entre a Gestão Pública e a Economia Solidária, dando ênfase para a importância de uma gestão comprometida com as Políticas de Economia Solidária. Nosso campo de pesquisa foram os gestores da Prefeitura da Cidade do Recife, concernente à Diretoria de Economia Solidária.

Além das reflexões desenvolvidas através de duas pesquisas de monografia e de uma especialização sobre o tema, trazemos para o presente estudo as inquietações do trabalho em dois projetos de Economia Solidária: Projeto Brasil Local e Mapeamento da Economia Solidária, ambos realizados na cidade de Campina Grande-PB.

Ao adentrarmos no Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (POSMEEX), optamos por dar continuidade à trajetória das pesquisas em Política de Economia Solidária.

À luz de todos os procedimentos e etapas da pesquisa, resulta a relevância científica deste estudo, que consiste na observação de um complexo fenômeno social, que está inserido em uma intrincada trama entre a demanda da atuação do Estado e o fomento de políticas de trabalho e renda, com cunho associativo e cooperativo, ante sua tradição de investir em políticas de incentivo ao trabalho assalariado. Apesar da disseminação dos estudos em Economia Solidária, especialmente na última década, o papel do Estado em relação a estas iniciativas, em termos de financiamento, apoio,

técnico e político, ainda requer uma revisão de posições históricas, pois a existência de formas de organização do trabalho distintas do assalariamento formal apresenta novos desafios às políticas de geração de trabalho e renda e de combate à pobreza e à desigualdade social (CUNHA, 2007).

Ademais, as últimas décadas da política brasileira nos levam a uma reflexão sobre o papel do Estado, especialmente no que concerne às relações existentes entre Governo e sociedade. O aprofundamento do processo democrático que ora vivenciamos exige uma série de formas participativas que potencializem as oportunidades de expressão do cidadão. Desta lógica, da participação e da reivindicação dos direitos, surge o exercício da autonomia do poder político.

O processo de consolidação da democracia está intimamente vinculado a um conjunto de valores socialmente construídos e igualmente exercidos pelos atores nas suas ações cotidianas. Nessa perspectiva, faz-se necessário destacar a relevância da sociedade civil no processo, relacionada à existência e atuação das instituições, como organizações e associações que promovem a cultura política capaz de orientar e mediar o debate democrático.

O restabelecimento da democracia brasileira em meados da década de 1980 foi norteado por valores que estão fortemente imbricados às instâncias tradicionais de participação popular, como o direito ao voto, a realização de eleições e a existência do multipartidarismo. Mas com o fortalecimento, foi também vinculado à potencialização dos canais de participação popular, por meio dos quais os cidadãos têm, criam, ampliam e fortalecem os vínculos da democracia e ao mesmo tempo interferem no controle do poder, intervindo coletivamente nas tomadas de decisões. (NAGEM, SILVA, 2011)

Os movimentos sociais ganharam força com a conquista de apoio a partir da promulgação da Constituição Cidadã, como ficou conhecida a Constituição Federal de 1988, cuja ampliação e garantia dos direitos sociais se concretiza teoricamente. O ganho maior pode ser traduzido pela possibilidade de que a nova legislação, mais participativa, viabilizou a abertura de novos canais institucionais de participação. Destacamos a realização de consultas populares, como os referendos e os plebiscitos, a elaboração e aprovação de leis a partir da iniciativa popular, audiências públicas, orçamentos participativos, conselhos institucionais, entre outros. (NAGEM, SILVA, 2011)

Mediante este cenário, a Economia Solidária se insere neste contexto de redemocratização do país e das lutas dos movimentos sociais por acesso às políticas públicas, como forma de contrapor o cenário de crise da sociedade salarial, mencionado por Castels (1998), em que expressa a multiplicação de indivíduos que ocupam a posição social de supranumerários ou inempregáveis: ao contrário de uma situação anterior, em que se encontravam socialmente integrados (ainda que explorados), estes trabalhadores teriam se tornado supérfluos. A desestruturação da condição salarial e seus impactos em termos de desfiliação tem muito a dizer sobre o contexto em que emerge a Economia Solidária.

Assim, as Políticas de Economia Solidária vêm de encontro à metamorfose da nova questão social, que, de acordo com Castels (1998), estas transformações estariam ligadas à perda da centralidade dos postos de trabalho, acarretando mudanças, pois a sociedade salarial estaria deixando de incluir trabalhadores, fazendo com que o debate transgrida e passe a se desenvolver em torno do fenômeno da exclusão e da desfiliação social a que são acometidos os trabalhadores.

Na confluência deste cenário, sob o escopo de governos de esquerda emergem as primeiras ações públicas de incentivo à Economia Solidária no país. A primeira delas foi gestada no Rio Grande do Sul, no Governo de Olívio Dutra. Na sequência, estas experiências foram desenvolvidas nas cidades de São Paulo, Santo André, Salvador e no Recife. (ICAZA, 2006)

Este último caso reflete nosso objeto de pesquisa, sendo considerado emblemático neste tipo específico de ação governamental, pois sua formulação antecede a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal, ocorrida em 2003.

Neste caso, nossa escolha se justifica pela singularidade desta experiência e da necessidade de refletir sobre estas ações, em um momento de grande seca, que acomete a região Nordeste, situação que também assola negativamente a capital pernambucana e, consequentemente, os membros da Economia Solidária. Ainda, por se tratar de um momento no país em que os economistas anunciam, como de pleno emprego.

No nosso caso, como realidade empírica, nos atemos às ações das Políticas de Economia Solidária da Prefeitura do Recife e seus resultados sociais e econômicos nos

grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro, território conhecido por possuir tradição em associativismo e cooperativismo.

Em suma, permeados por estas reflexões e outras discussões, construímos o capítulo a seguir, que versa sobre a peculiaridade da pesquisa sobre as Políticas de Economia Solidária.

1. CAPÍTULO

1.1. Por que fazer pesquisa em Economia Solidária?

O intuito do presente capítulo é discutir a importância da pesquisa científica em Economia Solidária, em que se ressalta a singularidade da epistemologia e do conhecimento neste campo. Ademais, nele também defendemos a construção de indicadores específicos para as análises para esta temática. Por conseguinte, descrevemos o método utilizado no estudo, as etapas do estudo de caso, o processo de pesquisa e sua operacionalização. Por fim, as dificuldades da pesquisa nos contextos populares.

A Economia Solidária está imersa em campo teórico e político em vias de construção (MARCONSIN, 2008). As consequências deste fato ocasionam uma heterogeneidade de abordagens, interpretações e modos de ação prática. No campo epistemológico, a teoria da Economia Solidária perpassa por diversos campos do conhecimento: da economia, filosofia, sociologia, engenharia, comunicação, dentre outros.

Esse evento proporciona um leque de possibilidades de pesquisas, tendo em vista a interdisciplinaridade do tema e seu quadro conceitual e empírico, que aponta para uma imbricação densa e complexa entre teoria e prática engendrada através de diversos agentes internos e externos, como é o caso das assessorias, exemplo da Unitrabalho e incubadoras das universidades e do próprio Estado.

Diante deste fato, a Economia Solidária vem se instituindo em temática de análise de pesquisadores do Brasil e de outros países, tendo em vista o seu ressurgimento na agenda de debates sociais do país, como demonstração da ação coletiva dos movimentos sociais, sociedade civil, pesquisadores, políticas e militantes do movimento, na busca por alternativas de desenvolvimento mais justo e equitativo, que ocasionem impactos socioeconômicos significativos no tecido social.

Mediante a complexidade e a responsabilidade com o trato do tema da Economia Solidária, bem como pelo acréscimo significativo nas últimas décadas das pesquisas

sobre esta temática (LECHAT, 2004, MARCONSIN, 2008) estes fatores têm engendrado uma série de interpretações e possibilidades de compreensão do fenômeno em destaque.

Diante deste cenário, França Filho (2007) pontua ao menos cinco percursos possíveis dentro das pesquisas em Economia Solidária, que podem ser trabalhados e aprofundados. De acordo com França Filho (2007), a Economia Solidária pode ser analisada a partir da perspectiva da discussão conceitual: trata-se de uma experiência fértil no campo da pesquisa em Economia Solidária, pois possibilita conhecer o tema de modo aprofundado, tendo como base a observação sobre o agir econômico na sociedade. O objetivo é fortalecer a compreensão teórica do tema.

Outra perspectiva diz respeito à discussão contextual do tema: neste âmbito, a Economia Solidária é discutida, tendo como base a realidade socioeconômica vivenciada pelos contextos populares. Ela leva em conta os problemas, as demandas e deficiências do modo de produção vigente, as lacunas e problemáticas advindas do capitalismo e proporciona maior enfoque para os problemas sociais, como a crise e precarização do mundo do trabalho, a desigualdade e exclusão social, o combate à pobreza política e econômica, as alternativas de desenvolvimento e de superação da violência simbólica acarretada pelo sistema produtivo contemporâneo. O intuito é compreender a arquitetura do sistema e desvelar seus impactos nefastos sobre a sociedade, situando a Economia Solidária dentro de um fenômeno que surgiu como resposta a estes contextos específicos.

A Economia Solidária também permite uma terceira abordagem: enquanto estudo de caso, procura-se compreendê-la como um fenômeno ou processo fundamentado a partir de práticas sociais e organizativas singulares. Neste caso, o importante é desvendar e entender as ações e experiências sob a forma de estudo de caso. (FRANÇA FILHO, 2007)

Outro modo de trabalhar o tema é trazê-lo dentro da perspectiva de intervenção social, ou seja, como uma tecnologia social, um artifício de fomento à geração de trabalho e renda na perspectiva da inclusão social e da promoção de outro desenvolvimento que contemple as dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais dos contextos populares, acometidos da falta de segurança, saúde, moradia, educação, trabalho, dentre outros. (FRANÇA FILHO, 2007)

Desse modo, refletir sobre a Economia Solidária como fator de intervenção social é discutir a operacionalidade das ações deste campo, tendo em vista a arquitetura das técnicas ou tecnologias sociais de promoção às transformações sociais, a partir da intervenção nas práticas e ações.

O quinto percurso diz respeito ao tratamento da Economia Solidária enquanto política pública, em decorrência das milhares de ações desenvolvidas e disseminadas dentro desse campo, por governos municipais, estaduais e federal. Nesta situação, discutem-se as peculiaridades e características desse tipo de política pública e sua eficácia, eficiência, efeitos, impactos, limites e possibilidades da ação governamental para a Economia Solidária. (FRANÇA FILHO, 2007)

Diante deste fato de disseminação dos estudos relacionados à Economia Solidária, seu desenvolvimento aponta para um crescente debate sobre o tema da inserção das Políticas de Economia Solidária no nível do Estado, sobretudo no que tange às ações desenvolvidas através dos governos municipais, principalmente na gestão de governos de esquerda.

Em síntese, o crescimento e a disseminação de estudos e ações no campo da Economia Solidária refletem a importância das análises empreendidas sobre o tema, tendo como base a ampliação do conhecimento do ciclo desse tipo de política pública. A pesquisa científica nesse ramo adquire singularidade pelo fato de possibilitar a interação e a sinergia entre o movimento da Economia Solidária, o pesquisador, a academia e os gestores públicos, favorecendo a troca de saberes e interações baseadas nas experiências vivenciadas e adquiridas por ambas as partes.

Logo, estes estudos configuram-se como um espaço de discussão das formas econômicas autogestionárias, o que demanda da pesquisa um olhar transversal, que vai da dimensão sociopolítica à dimensão socioeconômica das ações (CUNHA; SANTOS, 2011). Ou seja, seu caráter social, político e econômico. Esse olhar é necessário porque implica uma visão aprofundada de transformação e emancipação social, com a finalidade de compreender práticas socioeconômicas desacreditadas e negligenciadas dentro da academia, muito embora esse cenário venha sendo transformado nas últimas décadas.

A pesquisa em Economia Solidária, portanto, contribui para dar visibilidade a estas práticas. Assim, necessita de análises atentas aos caminhos traçados pelos movimentos alternativos e suas ações contra-hegemônicas. Demanda atenção especial no reconhecimento da produção social dos contextos populares, e não permite que essa vasta gama de experiências seja desperdiçada.

De acordo com Santos (2002), experiências sociais contra-hegemônicas seriam desperdiçadas por conta de seu descredenciamento axiológico, caracterizando um desprezo do ignorante, residual, improdutivo, do local.

Por ora, o movimento da Economia Solidária possui um legado de lutas e ações que não podem ser invisibilizadas. Desta forma, trazer à tona reflexões sobre a produção de conhecimento no movimento, favorece a socialização dessas iniciativas e a democratização das experiências, contribuindo para engendrar novas formas de intervenção e fortalecimento das políticas públicas. Ainda, constitui um saber produzido pela academia que pode facilitar o diálogo entre movimentos sociais e o Estado (CUNHA; SANTOS, 2011).

Outro fator importante nas pesquisas relacionadas ao tema da Economia Solidária diz respeito à interação de pesquisadores, militantes, gestores nas discussões metodológicas e epistemológicas em que os atores das experiências de Economia Solidária são co-produtores de conhecimento. E os pesquisadores são agentes de tradução dessas experiências sociais, possibilitando auto-reflexão entre os pares e fomentando troca de saberes na perspectiva de um diálogo aprofundado, voltado para a promoção do caráter emancipador da Economia Solidária.

Em suma, trata-se de reconhecer as iniciativas desenvolvidas nas comunidades pelos grupos produtivos solidários e lhes dar voz e vez, considerando outras maneiras de entender e articular conhecimentos e práticas, individuais e coletivas, re-significando conceitos ou criando e reformulando formas de dialogar com diferentes realidades. Trata-se de considerar os acúmulos de saberes dos membros da Economia Solidária, como também considerar a importância da subjetividade e do conhecimento do senso comum neste processo (CUNHA; SANTOS, 2011).

Segundo Santos (2002), existe uma amplitude de experiências sociais renegadas e pouco consideradas pela tradição do campo científico. Entretanto, a visibilidade

dessas práticas depende de uma ciência atenta aos fenômenos e movimentos alternativos. Neste sentido, reconhecer e validar as ausências desses temas na pesquisa científica configura-se como uma ruptura epistemológica da ciência com o senso comum, considerando-o um saber importante.

Neste sentido, promover visibilidade a estas ações significa considerar a densidade e a importância destas experiências, de forma que elas não sejam desperdiçadas e sua singularidade seja reconhecida e legitimada pelo conhecimento científico que a desconsiderou durante séculos, promovendo um novo estilo de pensar a realidade social. Bourdieu (2004) interroga sobre os usos da ciência: Qual o seu papel diante da sociedade? Quais são os usos da ciência pelo tecido social?

É a partir desta perspectiva de indagação sobre a função social da ciência e consequentemente da pesquisa científica que os estudos sobre a temática da Economia Solidária ganham legitimidade, pois são meios que proporcionam a democratização do pensamento acadêmico, a partir da socialização das experiências analisadas, através e com os contextos populares.

Configura-se um espaço em que o conhecimento baseado nas experiências de vida dos membros do movimento é considerado fundamental para a construção de um conhecimento emancipador e acessível, que não se restringe aos meios regulamentados de produção de saberes, como a universidade e as agências de pesquisa e fomento.

A construção social do conhecimento sobre a Economia Solidária deve ter como foco o empoderamento dos membros do movimento, pois permite que eles tenham acesso à produção científica desenvolvida neste campo, de forma que a sociedade esteja a par destes conhecimentos produzidos e os utilize como forma de reivindicação de seus direitos e fonte para a criação de um desenvolvimento justo e igualitário.

Romper com o ciclo de invisibilidade das pesquisas sobre os contextos e temas populares, a exemplo da Economia Solidária, significa eliminar os rancos de uma violência simbólica reproduzida pela ciência durante séculos, quando não conferia importância sobre o tema. Grosso modo, negligenciava a produção de saberes relacionados a estas práticas sociais. (SANTOS, 2004)

De acordo com Santos (2004), a ciência enquanto forma de conhecimento e prática social é atualmente a forma legitimada e privilegiada de produção de saberes e

sua singularidade para a vida das sociedades não oferece contestação. Desse modo, parcela significativa de países se dedica à promoção da ciência, aguardando seus benefícios.

A grande questão deste debate tem sido o fato de que as formas privilegiadas de conhecimento conferem privilégios políticos, sociais e culturais a quem as detém. Desta situação, decorre que o conhecimento não está equitativamente distribuído na sociedade, pois na maioria das vezes a produção do conhecimento fica restrita aos bancos das universidades e às agências de fomento à pesquisa. (SANTOS, 2004)

De todo modo, o que se pretende não é desqualificar o conhecimento científico, mas repensar a necessidade de definir a singularidade das mais diversas formas de conhecimento existentes na sociedade. Santos (2004) qualificou esta posição por meio do contraste de duas ciências que nos engendrou a modernidade: o conhecimento/regulação e o conhecimento/emancipação.

O primeiro modelo concebe os outros modos de conhecer no mundo, como sintomas de caos e irracionalidade, balizados por noções pré-científicas e contrárias à ciência, que só o protagonismo da racionalidade da ciência poderá se transformar em ordem. Corresponde a uma situação de colonialismo, marginalização e descrédito a tudo que não seguir a racionalidade da ciência (SANTOS, 2004).

O caso posterior baseia-se em uma concepção solidária do conhecimento embasado pelo diálogo e articulação entre modos de conhecimento e experiência. É por isto que este tipo de conhecimento deve ser privilegiado nos dias atuais, pois esta posição exige que os distintos modos de conhecimento sejam analisados, conforme contextos, situações e objetivos que os mobilizam. Sem submissão a parâmetros científicos globais de racionalidade da ciência que promovem invisibilidade da produção de outras formas de conhecimento e das suas consequências para os cidadãos e os territórios, com uma peculiaridade que lhes é aferida pela história (SANTOS, 2004).

Por ora, fazer pesquisa em Economia Solidária possibilita promover a concepção solidária do conhecimento, reconhecendo, dando voz e vez a outras formas de saberes. Isto significa considerar as experiências constituídas nos contextos populares, trazendo à tona concepções emancipatórias de conhecimento e a socialização dos usos da ciência,

como ferramenta de empoderamento e promoção das experiências e saberes desenvolvidos nestas localidades.

No próximo tópico, discutiremos as novas abordagens epistemológicas e metodológicas nas pesquisas sobre Economia Solidária.

1.2. Epistemologia da pesquisa em Economia Solidária: por uma teoria da tradução

A Economia Solidária, refletida como área estrutural do pensamento na perspectiva da escolha pelo conhecimento/emancipação, tem três consequências; a primeira implicação pode se formular do seguinte modo: do monoculturalismo para o multiculturalismo. “Como a solidariedade é uma forma de conhecimento que se obtém por via do reconhecimento do outro, o outro só pode ser conhecido enquanto produtor de conhecimento. Daí que todo conhecimento/emancipação tenha uma vocação multicultural” (SANTOS, 2004, p. 117).

Desse fato, decorre que a construção de um conhecimento multicultural possui duas limitações: o silêncio e a diferença.

O domínio global da ciência moderna que produziu conhecimento-regulação acarretou a destruição de muitas formas de saber. Esta destruição produziu silêncios que tornaram impronunciáveis as necessidades do povo. A questão é, pois, como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que o pretende fazê-lo falar (SANTOS, 2004, p. 110).

Estas indagações compõem grande provocação e desafio para a construção de um diálogo multicultural, no que concerne aos contextos populares em que reside a maioria dos membros da Economia Solidária.

Outro desafio do conhecimento multicultural é a diferença. “Só existe conhecimento e, portanto, solidariedade nas diferenças e a diferença sem inteligibilidade conduz à incomensurabilidade e, em última instância, à indiferença” (SANTOS, 2004, p. 114). Deste fato, decorre a necessidade da teoria da tradução. Para Santos (2004), o conhecimento emancipador não aspira a uma grande teoria, aspira sim a uma teoria da

tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias, todas elas finitas e incompletas e, por isso, apenas sustentáveis quando ligadas em rede.

Assim, o conhecimento/emancipação tem de se converter num senso comum emancipatório, superando o conhecimento conservador e impenetrável, constituindo-se conhecimento prudente para uma vida decente. Assim, o conhecimento/emancipação, ao se tornar senso comum, não abandona o saber que produz tecnologia, mas entende que o conhecimento deve traduzir-se em autoconhecimento, e assim o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em experiência de vida (SANTOS, 2004).

Por isso, trata-se da construção de um senso comum ético e solidário, político, participativo e reencantado. Esta transformação do conhecimento permite-nos refletir sobre os problemas sociais quando as demandas assumiram uma dimensão epistemológica e quando a ciência passou a estar na origem deles. “Todavia, os problemas não deixaram de ser sociais para serem epistemológicos. São epistemológicos na medida em que a ciência, não podendo resolvê-los, deixou de pensá-los como problemas” (SANTOS, 2004, p.118).

Ou seja, o conhecimento/emancipação parte da epistemologia da visão, ou dos conhecimentos ausentes e invisibilizados, que têm por objetivo identificar o que falta e por que falta, com o intuito de não reduzir à realidade aquilo que existe, pois as práticas a exemplo do senso comum, que não são fundadas por meio da ciência, não são ignorantes, mas são práticas de conhecimentos alternativos.

Estas ausências comportam um conjunto de subjetividades, que devem ser reconhecidas, analisadas e traduzidas. Na contemporaneidade, vivemos um problema complicado, uma desconexão entre teoria e prática que é prejudicial para ambos os lados (SANTOS, 2004).

Grande parte do que é produzido pelos contextos populares, em nossa sociedade (cultura, conhecimento, tecnologias sociais, etc), é considerada como inexistente. Este fato consiste numa cilada maior que é reduzir a realidade ao que é conhecido, dado. A experiência social é mais vasta do que ponderamos (SANTOS, 2004).

Se esta riqueza encontra-se ausente do conhecimento da sociedade, consequentemente está sendo desperdiçada. Conforme Santos (2009, p. 30), existem três tipos de produção de ausências:

A primeira é a monocultura do saber e do rigor: a ideia de que o único saber rigoroso é o científico, portanto, outros conhecimentos não têm validade, pois estão baseados nas práticas populares, indígenas, camponesas. Reduz realidade porque descridibiliza conhecimentos alternativos e povos. A segunda monocultura é a do tempo linear: a ideia de um tempo no qual os países mais avançados estão na dianteira e os demais são considerados atrasados. A terceira monocultura é a naturalização das diferenças: nessas classificações, os que são diferentes o são por natureza. Esta é uma maneira de inferiorizar. A quarta monocultura de produção de ausência é a monocultura da escala dominante: a realidade local não tem dignidade como alternativa crível a uma realidade global universal. A última monocultura é a do produtivismo capitalista: É a ideia de que o crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza. Então, há outra lógica da produtividade que não conta. (SANTOS, 2009, p. 30)

A Economia Solidária é acometida por estas ausências, pois foi sendo progressivamente invalidada e descredenciada, por não se inserir dentro da lógica produtiva hegemônica. Por possuir uma lógica de gestão e produção baseada na ação coletiva, à guisa da autogestão e do cooperativismo, por proporcionar visibilidade aos conhecimentos das comunidades, reconhecer as identidades e culturas locais, bem como respeitar a temporalidade de cada território. Podemos citar o processo de incubação dos empreendimentos de Economia Solidária que leva em conta que são ações processuais de caráter econômico e político, por isso demanda perspectivas diferentes das utilizadas no sistema de produção capitalista.

Inegavelmente, existe uma carência teórica, epistemológica, metodológica e política para se refletir sobre estas práticas sociais, em que se percebem deficiências e lacunas, constituindo o que Santos chama de “desperdício da experiência.” Segundo Santos (2009, p. 32), “temos que fazer o que está ausente ficar presente, que as experiências que já existem mas são invisíveis e não críveis estejam disponíveis, ou seja, transformar os objetos ausentes em objetos presentes.”

Para superação do desperdício da ausência destas experiências, Santos (2009) propõe a substituição das monoculturas pela ecologia dos saberes. “Na ecologia dos saberes não se trata de ‘descridibilizar’ as ciências, nem de fundamentalismo anti-ciência. O que vamos tentar fazer é o uso contra-hegemônico da ciência hegemônica” (SANTOS, 2009, p. 138).

Das cinco ecologias, a primeira é a dos saberes que abre a possibilidade de superar as monoculturas do saber, desembocando numa ecologia mais ampla dos saberes em que o saber científico dialoga com o saber laico, popular, indígena, camponês. (SANTOS, 2009)

A segunda, a ecologia das temporalidades, que acredita que embora haja um tempo linear, também existem outros tempos. (SANTOS, 2009)

A próxima ecologia é a do reconhecimento. Santos (2009, p.35) sugere:

O que proponho é descolonizar nossas mentes para produzir algo que se distinga, em uma diferença, o que é produto da hierarquia e o que não é. Somente devemos aceitar as diferenças que restem depois que as hierarquias forem descartadas. (SANTOS, 2009, p.35)

Uma outra ecologia é a da transescala. Em outras palavras, “é a possibilidade de articular em nossos projetos as escalas locais, nacionais e globais” (SANTOS, 2009, p. 36).

Por último, a ecologia das produtividades.

Consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, cooperativas operárias, empresas autogestionadas, Economia Solidária, que a ortodoxia produtivista capitalista desacreditou (SANTOS, 2009, p. 36).

Contudo, a visibilidade destas práticas depende de uma ciência atenta ao que está emergindo de possibilidades alternativas (CUNHA; SANTOS, 2011). Assim, é necessária uma ampliação simbólica, por exemplo, de um pequeno movimento social, ação coletiva. Mas como produzir sentido. A proposta de Santos (2009) é um procedimento de tradução.

A tradução é um processo intercultural, intersocial. Utilizamos uma metáfora transgressora da tradução linguística: é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem canibalização, sem homogeneização. Nesse sentido, trata-se de fazer tradução ao revés da tradução linguística. É necessário não preferir uma palavra a outra, mas traduzir dignidade e respeito por emancipação ou lutas de classes, ver quais são as semelhanças e quais são as diferenças. Por quê? Porque há muitas

linguagens para falar de dignidade humana, um futuro melhor, de uma sociedade mais justa. (SANTOS, 2009, p. 40)

A ideia central do procedimento de tradução é que se faz necessário criar uma nova forma de relacionar conhecimentos. É preciso capturar toda a singularidade das experiências para não as desperdiçar. Este também é um problema, pois, de acordo com Santos (2009), atualmente nossas soluções não são heróicas. No caso da Economia Solidária, não basta traduzir e resumir o movimento à ideia de socialismo. É necessário ir além e considerar que se trata de embriões de experiências que estão em construção.

Conforme ilustra Santos:

Se vocês falarem com os movimentos populares, verão que não falam de socialismo. Alguns dirigentes fazem isso, mas se a pessoa está morrendo de fome, quer que não haja desperdício só da experiência, mas também do lixo de que se alimenta. (SANTOS, 2009, p.107)

Ao adotarmos esta perspectiva de tradução, estamos tentando compreender o mundo e o transformar junto com os movimentos e as associações (SANTOS, 2009). A experiência da tradução na pesquisa de Economia Solidária, portanto, necessita estar concatenada com as transformações da sociedade, bem como dos grupos solidários. Este fato demanda do pesquisador olhar denso, aprofundado, do fenômeno analisado. Insita olhar apurado para interpretar fatos e dados que costumam ficar latentes.

Cunha e Santos (2011, p. 35) chamam atenção para que o trabalho e a teoria da tradução aludem ao esforço dos estudiosos e ativistas para distinguir estes saberes diversos, de modo a contribuir para formas híbridas de conhecimento emancipatório. Assim, “a proposta do trabalho da tradução é tornar visíveis não só as múltiplas formas de resistência à opressão e dominação, como também as aspirações que as animam, contribuindo para fazê-las dialogar entre si.”

Então, devido à responsabilidade de trazer à tona experiências consideradas residuais, cabe ao pesquisador ter em mente que o fenômeno da Economia Solidária não se restringe à área econômica, mas, sobretudo, faz parte de um conglomerado de sentidos e representações sociais alternativas em que as trocas simbólicas, a solidariedade e a cooperação servem de base.

Pode-se ir além ao observar que a dimensão ética e moral também está presente neste fenômeno, quando os integrantes desta economia optam por adotar valores contrários aos do individualismo, como a competição, dentre outros. Esta postura engendra novas posturas e práticas, novas interpretações que excedam o caráter engessado das pesquisas que reduzem o fenômeno ao seu caráter econômico e aos seus limites de expansão dentro do capitalismo.

Por isso, a tradução da pluralidade destes mundos e experiências exige responsabilidade e reflexão, pois não se pode e não se deve reduzir estas experiências e atrelá-las a ideais utópicos ou ideias descompromissadas com a realidade social. De acordo com Santos (2009), diante desta realidade, um pensamento heróico nessas condições é irresponsável porque impede a possibilidade de mudanças. Ainda “não sabemos se a Economia Solidária será capaz de potencializar uma transformação na sociedade, mas o fato é que estes processos não podem ser silenciados” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 35).

Além disso, o movimento da Economia Solidária envolve uma pluralidade de experiências e saberes que exige um esforço maior para conseguir dar conta de sua organização. “Este cenário, em que existe uma economia e formas de viver e produzir alternativas, demanda um processo de tradução que propicie diálogo entre as experiências destas vozes do mundo” (CUNHA ; SANTOS, 2011, p. 35).

Por fim, o processo da tradução no âmbito da Economia Solidária não restringe sua atuação à esfera da promoção das experiências sociais alternativas e saberes do senso comum invisibilizados; visa estabelecer conexões conceituais e políticas dentro do campo da Economia Solidária. Por isso, muitos são os desafios epistemológicos e práticos neste campo, inclusive seu reconhecimento como objeto de estudo.

Se a produção do conhecimento e da epistemologia no campo da Economia Solidária exige olhares contra-hegemônicos e até um trabalho de tradução destas experiências, a prática também engendra novas metodologias. É na confluência deste raciocínio que se aborda no próximo tópico a construção de indicadores específicos adequados às Políticas de Economia Solidária.

1.3. Indicadores nas Políticas de Economia Solidária

As experiências de Economia Solidária não devem ser avaliadas dentro de uma racionalidade própria do capitalismo, mas necessitam ser analisadas sob o escopo de lógicas econômicas distintas deste modelo, tendo por referência critérios e indicadores diferentes dos aplicados no mercado (KRAYCHETE, 2012).

Conforme destaca Gabriel Kraychete (2012), os indicadores não são neutros, mas servem a determinados objetivos. Não apenas captam uma peculiaridade de dada realidade, mas também atribuem significado, sentido e direção às ações e delimitam metas e análises.

Na área das políticas públicas, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) orienta seu sistema de indicadores, a partir do guia metodológico do Ministério do Planejamento. O Ministério do Planejamento (2010) afirma que:

Do ponto de vista de políticas públicas, os indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação do governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2010)

Quando buscamos a compreensão das Políticas de Economia Solidária sob a ótica de indicadores, algumas questões se apresentam. Por isso, a indagação de Marinho (2012, p. 111) parece salutar, neste momento: “quais são os indicadores de desempenho na Gestão de Políticas Públicas de Economia Solidária?”

O movimento da Economia Solidária em conjunto com a sociedade civil e o Estado tem se debruçado para construir Políticas de Economia Solidária eficazes e eficientes, que busquem fornecer apoio aos empreendimentos. Neste sentido, é importante a construção de indicadores que sirvam de condução para desenvolver políticas eficientes e que contribuam com o desenvolvimento socioeconômico dos grupos produtivos solidários.

Se o que se busca com a construção de indicadores na Economia Solidária é pensar a desenvoltura das políticas públicas para este campo ou em outros casos a

viabilidade dos empreendimentos solidários, e se o que se almeja é um processo de transformação social que não se reduz ao equacionamento de problemas técnicos e econômicos, estes são critérios relevantes, mas não são os únicos.

Grosso modo, ao lado da dimensão econômica, a social, a política, cultural e a ambiental. O equilíbrio destas dimensões na perspectiva dos indicadores, portanto, é essencial para o sucesso de uma análise de política pública nesta área.

Assim, a escolha de indicadores depende da finalidade a que se destinam (JANUZZI, 2002, p. 5). Na proposição de indicadores para as Políticas de Economia Solidária, estes devem contemplar indicadores relativos às distintas fases do ciclo das políticas públicas.

Baseado nesta proposição, para o processo de análise de dados que consta no IV capítulo, foram selecionados indicadores para as Políticas de Economia Solidária. A utilização destas ferramentas na pesquisa tem por objetivo operacionalizar e maximizar o êxito das informações analisadas.

Para isso, adotaram-se os indicadores baseados em Marconsin (2008) na elaboração de sua tese de doutorado: Política de Economia Solidária: uma política em construção. Na pesquisa defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o autor tem como finalidade investigar a implantação de Política Pública de Economia Solidária no Governo Federal (2003-2006), Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1999-2002), municípios de São Paulo (2001-2004), Santo André (1989-2004), Osasco (2005-2007) e no município de Campinas (2001-2007).

Por isso, o autor recorre à utilização dos indicadores, como forma de referendar sua análise. Em consonância com o estudo de Marconsin (2008), selecionamos alguns dos indicadores utilizados em seu estudo das Políticas de Economia Solidária.

- 1- Marco legal: “Leis, decretos, portarias definidoras da Política Pública em Economia Solidária” (MARCONSIN, 2008, p. 15).
- 2- Espaço público: “Garantia de espaços públicos para a construção da política” (MARCONSIN, 2008, p.15).
- 3- Financiamento: “Financiamento da Política Pública de Economia Solidária pelo Estado” (MARCONSIN, 2008, p.15).

Finalizado o processo exposição dos indicadores, a próxima etapa será espaço para esclarecer a metodologia utilizada na pesquisa.

1.4. Metodologia

A dissertação está balizada através de uma análise qualitativa, por meio de estudo de caso. Neste trabalho específico, o estudo de caso se justifica, pois se trata de um lócus de estudo fértil para refletir sobre a Política de Economia Solidária realizada pela Prefeitura do Recife.

Em relação ao método científico proposto na pesquisa, Godoy (1995, p.25) explica seu objetivo. “Ele visa o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou situação particular em que o objeto escolhido seja representativo do fenômeno ou enigma a se analisar.”

Ainda conforme Yin (2001), o estudo de caso é marcado pela profundidade com que o assunto é tratado, caracterizando-se, nas ciências sociais, como uma metodologia que pode se dedicar à coleta de informações e se enquadra na perspectiva de uma metodologia qualitativa.

O estudo de caso também é pertinente a esta pesquisa, pois, a partir dele, foram traçadas entrevistas com gestores públicos da Diretoria de Economia Solidária e com os membros dos grupos produtivos solidários da comunidade de Santo Amaro. Esta etapa propiciou refletir sobre a criação e o desenvolvimento desta política, a partir do contexto dos atores da pesquisa e de suas percepções, práticas e intenções fundamentadas, relacionando-as com a teoria.

Com este intuito, a pesquisa pretende fomentar a construção de saberes, tendo a inquietação de perceber a confluência desta ação pública como lócus de tradução da experiência da Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, desenvolvida na comunidade de Santo Amaro, bairro tradicional da mesma cidade.

Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura mergulhar na realidade que analisa, para traduzir e compreender os fenômenos que estuda, sejam eles grupos, ações, instituições, dentre outros fenômenos sociais. A pesquisa qualitativa é empregada para

interpretar fenômenos e é realizada através do intercâmbio entre a formulação conceitual, a observação e a pesquisa empírica.

Nesta perspectiva, foram selecionados os conceitos para compor a fundamentação teórica. São eles: Economia Solidária, Políticas Públicas e Políticas de Economia Solidária. Em seguida, foram realizadas visitas e conversas com os membros de três grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro. No que concerne à Prefeitura do Recife, durante o ano de 2012, acompanhamos reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária. A próxima etapa consistiu na coleta de dados através da aplicação de entrevistas semiestruturadas com três gestores da Coordenadoria de Economia Solidária da Prefeitura do Recife e, na sequência, com os membros de três grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro.

Lüdke e André (1986, p. 18) apud Marconsin (2008) mostram as sete características principais do estudo de caso, método selecionado para auxiliar a construção do olhar sobre a Política de Economia Solidária do Recife:

- a) os estudos de caso visam a descoberta;
- b) os estudos de caso enfatizam a interpretação em contexto;
- c) os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa;
- d) os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação;
- e) os estudos de caso revelam experiências vicárias;
- f) os estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social;
- g) os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

Com base na explicação acima de que os estudos de caso procuram mostrar a realidade de forma completa, a dissertação foi construída, tendo como base o contexto econômico e político da criação da Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife. Indo mais além, ao considerar as opiniões de três gestores e de nove membros de três grupos produtivos solidários, buscou-se desenvolver o estudo, de forma que abarcasse as opiniões de todos os atores sociais envolvidos com esta ação pública.

Sobretudo, ao construir a pesquisa por meio de visões diferentes dessa política, aparecem pontos de vista conflitantes, de modo que enriquecem a pesquisa.

Durante o processo de pesquisa, optou-se por aplicar entrevistas semiestruturadas para captar com mais precisão o fenômeno analisado. Desta forma, a amostra da pesquisa é composta por entrevista com três gestores da Diretoria de Economia Solidária da Prefeitura do Recife e membros de três grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro. Compõem a amostra três gestores e membros de três grupos solidários do bairro, totalizando mais nove entrevistas. Na ocasião, foram selecionados aleatoriamente três membros de cada grupo, sendo um componente da diretoria e dois membros associados.

A escolha pelo bairro de Santo Amaro atende a uma demanda intencional, pois é um território que possui tradição dentro das experiências de Economia Solidária. Segundo Gervaes ; Medeiros (2006), são experiências que existem desde os anos 1970, em função da tradição histórica, resistência popular e organização social.

Então, essa escolha do bairro justifica-se por compor um lócus de estudo com abundância de iniciativas de grupos com experiências emblemáticas, fator que aumenta sua singularidade dentro da pesquisa, refletindo com louvor o fenômeno da Política de Economia Solidária e suas implicações para os grupos produtivos do bairro.

Processo de pesquisa e sua operacionalização

Para Marconsin (2008)

A pesquisa evolui através do desenvolvimento teórico, empírico e instrumental, sendo que o ponto de partida é o objeto real, intermediado pelo objeto percebido e consolidado pelo objeto construído. O desenvolvimento teórico tem a função de desestabilizar o senso comum inerente ao objeto de investigação pela aplicação de conceitos e teorias. O desenvolvimento empírico permite a descrição do objeto, porém indo além ao buscar apreender os significados que os sujeitos criam a partir de suas ações. O desenvolvimento instrumental nos fornece os elementos necessários para responder às questões formuladas, analisar variáveis, indicadores, etc.(MARCOSIN, 2008, p.13)

Na presente dissertação, nos ocupamos das etapas citadas, desenvolvimento teórico, empírico e instrumental. O desenvolvimento teórico foi trabalhado nos capítulos 2 e 3 e envolveu os conceitos de Economia Solidária, Políticas Públicas e Políticas de Economia Solidária.

Na sequência, o desenvolvimento empírico foi apreciado no 4º capítulo, em que contextualizamos o objeto de estudo, mostramos leis, analisamos as entrevistas dos atores da pesquisa, dentre outros. No mesmo capítulo, ocorre o desenvolvimento instrumental em que se examina o objeto de investigação, com base no desenvolvimento teórico e empírico, ou seja, através das interligações entre as discussões engendradas nos capítulos anteriores. No desenvolvimento instrumental, utilizamos indicadores de Políticas de Economia Solidária para responder à questão central da pesquisa.

1.5. As dificuldades da pesquisa

As pesquisas desenvolvidas em contextos populares, seja elas em territórios urbanos ou rurais, demandam do pesquisador um olhar especial para analisar determinado fato ou ação nestes territórios desagregados de estereótipos e representações sociais negativas.

No caso deste estudo, realizado no bairro de Santo Amaro, tivemos dificuldade de acesso ao bairro e aos grupos ali localizados. Dessa forma, empreendemos contatos com líderes locais que nos ajudaram no trabalho de indicação de outros líderes e membros dos grupos, além de articularem entrevistas dentro e fora do bairro.

Este fator foi primordial para a constituição da etapa das entrevistas, que não seria possível sem a ajuda destas lideranças.

No âmbito da política pública, sentimos dificuldade de acesso a documentos que mostrassem o desenvolvimento dessa política. No início da pesquisa, tínhamos o intuito de construir um quadro comparativo das ações, levando em conta investimentos financeiros, projetos, número de ações e grupos atendidos, considerando os 11 anos de fundação da política. Este intuito não foi possível porque a Prefeitura não dispõe destes dados, da quantidade de investimentos, de quantos grupos participam das ações e do número de pessoas beneficiadas com as ações. Enfim, este levantamento no que

concerne aos grupos demandou um esforço redobrado, dado que começamos do zero a fazer este levantamento.

A inacessibilidade de alguns gestores no que diz respeito a conceder informações também causou dificuldades na pesquisa. Entretanto, este foi mais um fator que nos impulsionou a pesquisar e imergir com profundidade no desvelamento da realidade social destes grupos e dos resultados da Política de Economia Solidária da Prefeitura, para os grupos produtivos solidários de Santo Amaro.

2. Capítulo

2.1. Introdução à Economia Solidária

2.2 Origens históricas da Economia Solidária

Este espaço visa discutir as origens históricas do fenômeno da Economia Solidária, refletir sobre o contexto socioeconômico de seu surgimento, ressaltar a pluralidade de denominações deste campo, e a multiplicidade de interpretações dos autores sobre o tema, em que tomamos como base três reflexões distintas.

Nas últimas décadas, a Economia Solidária tem se tornado tema de inúmeros trabalhos acadêmicos em instituições de ensino e pesquisa no país. O aumento significativo destes trabalhos se deve à importância teórica e empírica das práticas sociais e políticas desse fenômeno, que é fruto da gênese das transformações ocorridas no tecido social, e da conseqüente organização dos movimentos sociais envoltos numa dinâmica de resistência, pautada através de iniciativas contra-hegemônicas, com o objetivo de superação e transformação do cenário socioeconômico contemporâneo e das conseqüências nefastas e excludentes do modo de produção vigente.

A singularidade do processo de Economia Solidária decorre de sua complexidade, pois se trata de um *fato social total* (MAUSS, 1974). Em outras palavras, o fenômeno reflete a confluência de inúmeras iniciativas populares em prol da superação das desigualdades e da exclusão social, vivenciadas pelos contextos populares nos territórios urbanos e rurais do país.

São ações emblemáticas, já que refletem um fenômeno dotado de significados e significantes que espelham o imaginário social da população, indicando que os eventos na Economia Solidária estão envoltos por ações políticas multidimensionais que requerem observação e análise holística minuciosas do fenômeno.

Historicamente, a Economia Solidária está imersa em uma realidade e contexto social específicos. Assim, para realizar seu debate epistemológico e conceitual demanda a construção de um quadro explicativo que perpassa pela reflexão das conseqüências socioeconômicas do capitalismo. É indispensável situar, portanto, a Economia Solidária dentro de um espectro maior, em que está interligada a processos, como: precarização

do trabalho, exclusão social, dentre outros.

Desta forma, faz-se necessária uma imersão sobre as origens e a evolução desse fenômeno social, seus antecedentes históricos, seu condicionamento, bem como sua transversalidade e desafios conceituais e práticos. Neste cenário de construção do olhar sobre a Economia Solidária, também é importante destacar a polissemia dos sentidos que lhe são atribuídos, exercício que é possível através da análise do legado teórico dos principais autores do tema, levando em conta suas particularidades teóricas e abordagens conceituais de acordo com a interpretação e formulação científica.

2.3 A Economia Solidária e a precarização das relações de trabalho

Na década de 1970, um conjunto de transformações simultâneas no modo de produção capitalista foi desencadeado em escala global. As consequências deste movimento foram a quebra do paradigma de produção industrial taylorista-fordista que ocasionou uma série de mudanças na economia mundial. (ANTUNES, 1995)

Estas mutações não só alteraram as formas de produção e de trabalho, como também causaram enormes impactos sobre os processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, tais como: decréscimo na quantidade de investimentos econômicos, desemprego estrutural, aumento vertiginoso dos juros e diminuição dos lucros. De acordo com Antunes (1995) foi a partir desse momento que se aprofundou o processo de financeirização da economia, traço marcante da chamada mundialização *do capital*, financeirização que é expressão de uma crise estrutural mais profunda. Simplificada sob a denominação de crise do taylorismo e fordismo. (ANTUNES, 1995, p.23)

Nesse momento, o modelo taylorista-fordista entrou em colapso, fazendo emergir uma crise estrutural. Ou seja, tratava-se de instalar formas apropriadas de acumulação capazes de propiciar novos impulsos para a retomada do processo de acumulação capitalista. Desta forma, a reestruturação produtiva visava a recuperação da hegemonia do capital no seio do lócus produtivo. (ANTUNES, 1995)

Neste sentido, o capitalismo esboçou uma série de reações para conter o avanço da crise econômica e adentrou em um movimento de reorganização do capital, através da re-significação dos seus processos produtivos que tinham por objetivo reduzir as

despesas com mão de obra. Os impactos dessas transformações ocasionaram perdas abruptas nos direitos dos trabalhadores, direitos que foram conquistados durante a vigência do Estado do Bem-Estar Social.

Assim, a crise no mundo do trabalho e nos sindicatos, aliada à reestruturação produtiva, ao desemprego estrutural e às políticas neoliberais na década de 1990, ocasiona a desfiliação social. Em resumo, para Castels (1998), a desfiliação é o efeito de um desequilíbrio geral, cujas causas se encontram no trabalho e em seu modo de organização atual.

Para fugir do quadro de desfiliação e precarização social em diversos países do mundo, surgem movimentos sociais baseados em ações contra-hegemônicas, com o objetivo de balizar forças e recursos humanos, para fomentar um conjunto de práticas sociais e de relações de trabalho peculiares, baseadas no cooperativismo, associativismo, autogestão e solidariedade.

A trajetória histórica dessas experiências perpassa pela tentativa de construção coletiva de uma *globalização alternativa*, como forma de constituir opções socioeconômicas que promovam a emancipação social, como também fomentem a superação do quadro de desigualdade e exclusão social, ocasionado pelas constantes crises e rupturas do sistema e, ao mesmo tempo, pela própria arquitetura excludente do sistema produtivo vigente. (SANTOS, 2002)

No Brasil, esse panorama de reivindicações começa a ganhar escopo a partir da década de 1980, com o surgimento de ações coletivas advindas de iniciativas da sociedade em parceria com movimentos sociais e de bairros, centrais sindicais e o Estado, através da formação de agenda e formulação das iniciativas do poder público no campo das políticas de trabalho e renda no país. (BARBOSA, 2008)

De acordo com Barbosa (2008), os anos 1980 foram de inércia econômica e endividamento externo, impactos acarretados na tentativa do Estado de angariar recursos financeiros advindos de outros países. Entretanto, a redemocratização do país, aliada às lutas sociais por direitos universais, equilibrou o cenário de forma balanceada para os trabalhadores, em prol de conquistas sociais na luta pela democracia.

Este cenário favorável à redemocratização do país teve um impacto imprescindível na esfera da sociedade civil que, na época, se encontrava em processo de

recomposição, em que novos atores sociais brotam na cena política, lançando-se no espaço público, compondo alianças e promovendo novas configurações à ação coletiva. Surgem movimentos sociais no campo e na cidade que recorrem à solidariedade. Assim, emergem no Brasil as primeiras iniciativas de Economia Solidária que são resultado da organização dos trabalhadores, mas também fruto de instituições ligadas à Igreja Católica, sindicatos e universidades. (BARBOSA, 2008)

A pioneira dessas ações foi financiada pela Igreja Católica, através da Cáritas Brasileira. São os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que surgiram no Rio Grande do Sul, na década de 1980, com o intuito de apoiar ações de cunho associativo e cooperativo de grupos comunitários. De acordo com Singer (2002), os PACs destinavam-se a gerar trabalho e renda de forma associada nos contextos populares urbanos e rurais do país.

Grande parcela dos PACs se transformou em unidades de Economia Solidária. Bertucci; Silva (2003) mencionam que, no Nordeste, os PACs surgem como alternativas para os trabalhadores rurais da região que sofriam os impactos acarretados pela seca.

As ações dos PACs também foram administradas por outras entidades, possibilitando que essas experiências se expandissem para outras instituições. Dentre elas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que abrigou PACs em assentamentos da reforma agrária. De acordo com Singer (2002), outras modalidades de ações também surgiram, como é o caso da retomada de empresas falidas que os trabalhadores resgatavam sob a forma de cooperativas autogestionárias.

Na década de 1990, o campo da Economia Solidária foi marcado por importantes iniciativas: debates, congressos e ações que contribuíram para a disseminação e confluência da Economia Solidária, por fomentar a base de construção do movimento no País. Dentre elas, a criação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), o advento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), a formação da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central dos Trabalhadores, a criação da Ação pela Cidadania, idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza, a criação da Fundação Unitrabalho, que reúne cerca de 80 universidades em todo o país e desenvolve estudos e pesquisas sobre Economia Solidária. Também a fundação da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), e o I Fórum Social Mundial, realizado em Porto

Alegre, que culminou com o lançamento da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. (BARBOSA, 2008)

Estes eventos contribuíram para engendrar um imbricamento de iniciativas de Economia Solidária. Conforme Cruz (2002), trata-se de redes de solidariedade pessoal e política, iniciativas econômicas e de cunho social, pois visam a transformação sociopolítica e econômica, através da parceria entre os atores sociais e instituições de fomento da Economia Solidária, baseados na cooperação. Ou seja, são um conjunto de práticas sociais que visam a auto-organização dos trabalhadores em que as práticas têm como finalidade a constituição de alternativas de desenvolvimento socioeconômico, a partir da participação, autogestão, cooperação, diversidade étnica e de gênero e preservação do meio ambiente.

São experiências comprometidas com a transformação social, através da geração de trabalho e renda na forma associativa e cooperativa, superação da situação de exclusão social, a supressão da pobreza política e econômica, a promoção de cultura democrática e cidadã e, conseqüentemente, a inclusão social.

À luz das contingências que motivam a ação coletiva, no domínio da Economia Solidária, essa ação supera o âmbito do interesse individual e econômico, pois se contrapõe à lógica utilitarista preponderante. Assim, de acordo com Castanheira e Pereira (2008)

Essas ações não podem se pautar pelos mesmos preceitos racionais da ordem burocrática vigente. Nessas circunstâncias, constituem fenômeno bastante complexo na medida em que a dimensão econômica tende a estar subordinada às demais dimensões: sociais, políticas ou culturais. (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008, p.23).

Nesse âmbito, é insuficiente atrelar o projeto coletivo da Economia Solidária às transformações do mundo do trabalho e ao desemprego, às lacunas deixadas pelo estado ou resumi-lo ao terceiro setor (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). Em síntese, para alguns teóricos é um projeto que visa um processo de transformação social (SANTOS, 2002). Para outros, de precarização do trabalho (LEITE, 2009). Assim, trata-se de uma ação maior do que prover renda e trabalho dignos, uma vez que os elementos solidariedade e gestão coletiva promovem o trabalhador à condição de sujeito nos processos econômicos e produtivos, tornando-o, a um só tempo, sócio, dono e

trabalhador, de seu modo de produzir e viver (BENINI, 2003).

A cartografia política do movimento engendra práticas e lutas que traduzem a res-significação dos tradicionais sentidos de participação, desenvolvimento, cidadania e política. Fomenta mudanças significativas no escopo da participação política, pois tem como finalidade promover alterações substantivas, no que diz respeito à forma como os trabalhadores se auto-organizam para produzir bens e serviços.

É indispensável acrescentar nesse cenário o arquétipo da ação coletiva diante do Estado, na luta por recursos financeiros que os contextos populares não dispõem. Configura-se como uma relação sinérgica, já que os trabalhadores dialogam, compartilham demandas dos territórios e cobram soluções do poder público, através da criação de políticas públicas. Nessa relação, o empoderamento é fator crucial para fomentar uma efetiva participação dos trabalhadores no processo decisório sobre os investimentos de recursos públicos nos territórios. (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008)

É nesse momento que a participação se torna um processo decisório nos rumos do movimento. Em suma, a participação cidadã é conquistada através do amadurecimento político dos atores sociais de um dado território. Ou seja, de sua capacidade de desenvolver competências coletivas, que visem a superação do estado de anomia sociopolítica e econômica nos contextos com características abruptas de exclusão social. (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008)

Por se configurar como um movimento contra-hegemônico, a Economia Solidária engendra práticas e ações que objetivam, sobretudo, a modificação das condições de trabalho e do processo de produção de vida material e social que implicam a efetivação de outras formas de organização social e política, como projeto de superação da alienação e caminho para a emancipação dos trabalhadores.

Diante dessa perspectiva, o movimento da Economia Solidária possui uma tessitura política que arregimenta os trabalhadores a assumirem um novo projeto de sociedade, baseado na solidariedade, associativismo, cooperação e autogestão. (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). Decerto, temos que levar em conta que este movimento não deve privilegiar uma dimensão em detrimento da outra. Como se trata de um movimento que possui público-alvo com alta porcentagem de desempregados, excluídos, despossuídos, as dimensões econômica e política devem estar imbricadas.

Mediante as milhares de iniciativas de Economia Solidária que surgiram nas últimas décadas, uma série de questionamentos sobre a diversidade das ações foi posta em debate, na forma conceitual e nos fóruns do movimento (LEITE, 2009). As reflexões incidem sobre as variações metodológicas e interpretações sobre a categoria analítica, Economia Solidária e seus princípios. Esta confluência de indagações reitera a singularidade de analisarmos com afinco as nomenclaturas comumente utilizadas pelos atores do movimento.

Sob esse prisma, no próximo tópico exploram-se as peculiaridades da Economia Solidária, as nuances consensuais e as divergências conceituais do tema, com base no legado dos principais autores da temática.

2.4 A pluralidade dos significados da Economia Solidária

Sob a denominação de diversas nomenclaturas, a Economia Solidária, ou economia popular solidária, economia do trabalho, economia de comunhão, socioeconomia solidária, economia social, possui em sua gênese uma polissemia de significados, pois, de acordo com Singer (2002), o conceito de Economia Solidária ainda está em construção. Diante desse fato, para fins teóricos, adotamos no presente trabalho o termo de Economia Solidária, termo utilizado conforme os parâmetros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Para estudar o legado teórico dos escritores brasileiros sobre a temática, é necessário situá-la dentro de um escopo de disputas conceituais. A priori, é imprescindível trazer à tona o conjunto de particularidades inerentes a cada autor analisado. Esta tarefa possibilita delimitar com maior exatidão a identidade da Economia Solidária, ocasião em que se desvenda a visão dos autores sobre o tema e, dessa forma, se constrói o quadro conceitual da temática.

De acordo com Lechat (2004), na Economia Solidária coexistem duas situações distintas: realidades e categorias que conservam sentidos internos, e plurívocos. Ou seja, uma pode possuir vários significados, dependendo do lugar e da época. Por isso, a categoria Economia Solidária é marcada pela historicidade e o sentido que lhe é atribuído se transforma de acordo com as análises e os cenários investigados. A reflexão sobre seus usos elucida os significados latentes do fenômeno e facilita o seu

entendimento dentro do contexto contemporâneo.

Na visão de Gaiger (2002), existe uma proliferação de trabalhos sobre as novas manifestações da solidariedade, inúmeras questões e prismas de análise. Esta interpretação também é feita por Leite (2009), na qual cita ser necessário destacar que não existe nenhuma unanimidade no que concerne ao conceito de Economia Solidária. Essa profusão de experiências engendra um conjunto de movimentos de Economia Solidária em nível nacional e internacional, trazendo à tona para os pesquisadores novos problemas que não haviam sido pensados anteriormente.

Nesse contexto, na relação entre teoria e prática coexistem variadas abordagens sobre a demarcação conceitual do assunto. Assim, busca-se delimitar a discussão teórica sobre o tema, abarcando tanto os teóricos que preconizam a Economia Solidária como alternativa, em face de um processo de mudança do *status quo*, como os que possuem uma percepção mais crítica do fenômeno.

A escolha dos teóricos se justifica por possibilitar uma discussão teórica baseada em três visões distintas do fenômeno. Os teóricos selecionados trazem similitudes e divergências no esforço de melhor definir o tema. Paul Singer, gestor da Secretaria de Economia Solidária do Governo Federal, Luis Inácio Gaiger, criador da tipologia empreendimentos econômicos solidários, e Ademar Bertucci, que traz a visão institucional da Cáritas Brasileira, primeira instituição brasileira a desenvolver projetos de Economia Solidária, os PACs.

2.5 Breve Biografia de Paul Singer

Paul Israel Singer é advindo de uma família de comerciantes judeus da cidade de Viena, na Áustria. No final da década de 1930, ocorreu a anexação política e militar da Áustria pela Alemanha. Diante da perseguição empreendida aos judeus, Singer, aos 8 anos de idade, emigra para o Brasil junto com sua mãe. (LECHAT, 2004)

Posteriormente, radicou-se no Brasil e, na década de 1950, se tornou militante do Partido Socialista Brasileiro (PSB), filiando-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São

Paulo. Foi trabalhador-metalúrgico e esteve à frente de uma das mais importantes greves da categoria que ocorreu na cidade de São Paulo: a Greve dos Trezentos Mil, que visava recuperar o poder de compra dos salários dos trabalhadores. Nos anos subsequentes, formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo, onde foi professor assistente. Prosseguiu com os estudos e alguns anos depois obteve o título de doutor em Sociologia pela USP. (LECHAT, 2004)

Contrário ao regime militar, Singer foi expulso da USP pelo Governo. Foi aposentado pelo Ato Institucional n. 5. Entretanto, continuou residindo no país e, em conjunto com outros professores da instituição, criou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), órgão de oposição à ditadura. No final dos anos 1970, voltou a lecionar na Universidade de São Paulo. (LECHAT, 2004)

Em termos políticos, durante a década de 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, em parceria com intelectuais, como: Sérgio Buarque de Holanda, Plínio Sampaio, Chico de Oliveira, dentre outros. Ainda ocupou o cargo de secretário municipal de Planejamento e Gestão durante o Governo de Luiza Erundina, na cidade de São Paulo. (LECHAT, 2004)

Durante os anos 1990, Singer adentrou como pesquisador no grupo de estudos sobre Economia Solidária, ligado à Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho). Este evento proporcionou que Singer se aliasse a diversos pesquisadores e instituições voltadas para o tema, tais como: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil, Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. (LECHAT, 2004)

Em 1998, Singer participa da fundação e coordenação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) ligada à Universidade de São Paulo. Esta experiência de criação da ITCP na USP e do desenvolvimento das experiências pioneiras da ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro ajuda a fomentar a criação de uma nova rede de incubadoras em diversas universidades do país. (LECHAT, 2004)

A trajetória política, militante e intelectual de Singer enseja a singularidade do projeto de Economia Solidária em sua vida. Em 2003, a nomeação para gerir a criação da Secretaria de Economia Solidária do Governo Federal representa o seu

comprometimento com a construção e desenvolvimento de ações efetivas nesse campo. Paul Singer é secretário de Economia Solidária do Governo Federal desde a fundação da secretaria, em 2003, até os dias atuais.

Dentro de sua perspectiva, as ações de Economia Solidária compreendem iniciativas fundamentadas através do intuito de superação do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista. É a partir desse entendimento que Paul Singer constrói sua obra e legado teórico sobre a temática. Dessa forma, no próximo tópico, iniciamos uma investigação sobre a Economia Solidária baseada nas suas concepções.

2.6 A Economia Solidária como modo de produção e distribuição

Para Singer (2002), “a Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p.46). A adoção dessas características une os trabalhadores nas cooperativas, o que resulta na criação e desenvolvimento de solidariedade e igualdade entre eles.

Neste sentido, a Economia Solidária com seu modo de produção solidário, conforme Singer (2002), parece inicialmente um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Entretanto, seu modelo supera ambos. Essa engrenagem está fundamentada nas cooperativas de produção, que têm como base: a cooperação, a solidariedade, a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática, a participação direta e repartição da receita. Desta forma, a Economia Solidária só pode se promover de forma igualitária, ocasião em que os trabalhadores se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. (SINGER, 2002)

Conforme Singer (2002, p. 9), “a cooperativa de produção é o protótipo de empresa solidária, pois todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto nas decisões. Este é seu princípio básico.” Nestes termos, se a cooperativa progride, todos os cooperados ganham, e vice-versa.

Na empresa solidária, os trabalhadores não recebem salário, mas *retirada*, que muda de acordo com a receita obtida. Eles definem, através de assembleias, se as retiradas necessitam ser iguais ou diferenciadas. Deste modo, a decisão coletiva da

distribuição das retiradas tem por objetivo garantir retiradas significativas para todos os sócios (SINGER, 2002).

Também as sobras, ou seja, o excedente anual, o lucro, tem seu destino escolhido pelo conjunto dos trabalhadores. Esse fator incide no interesse dos sócios, que é conservar e revigorar a solidariedade entre eles.

De acordo com Singer (2002), a Economia Solidária consiste em um movimento contínuo dos trabalhadores, cuja lógica está fundamentada na crítica aos efeitos nefastos do modo de produção capitalista em relação ao tecido social. Sua reinvenção se justifica no cerne das contradições do capitalismo em que emergem chances de criação e desenvolvimento de organizações econômicas que possuem características distintas ao modo de produção capitalista.

A Economia Solidária é originada e desenvolvida pelos trabalhadores que se encontram à margem do mercado de trabalho. Ela reúne a posse e o uso dos meios de produção e distribuição, que são socializados de forma cooperativa. Por isso, para uma grande parcela da população desenvolver ações de Economia Solidária depende da iniciativa dela mesma de levar adiante os princípios que a permeiam e sua disponibilidade para segui-los dentro e fora das empresas solidárias (SINGER, 2002).

De acordo com Singer (2002), esses trabalhadores excluídos do processo produtivo organizam-se de forma associada para produzir bens e serviços, com o objetivo de se restabelecer no mercado de trabalho. Outra vertente da Economia Solidária são as associações de pequenos produtores, que visam obter maiores descontos na compra e venda de produtos e serviços, agindo de forma coletiva. Como também, trabalhadores se agregam coletivamente para adquirir bens e serviços de consumo, visando obter ganhos de escala; trabalhadores reúnem suas poupanças, através dos Fundos Rotativos Solidários, que são formas de poupança coletiva no meio popular, na forma de dinheiro e/ou produtos, geridos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços.

Eles sobrevivem economicamente da comercialização de seus produtos que, na maioria das vezes, são artesanais. Outros, ainda, só possuem sua mão de obra para gerar renda. No olhar de Singer, essa é uma das características que esclarecem o motivo de

organização de diversas associações e cooperativas no país. Ou seja, a motivação principal dos trabalhadores, ao se reunirem através das iniciativas de Economia Solidária, é a inserção no mercado de trabalho, com a consequente redução da situação de pobreza que acomete as classes populares. (SINGER, 2002)

Nesses termos, conforme Singer (2002, p.18), o desenvolvimento e fortalecimento da Economia Solidária reforçam o poder de luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista, pois diminuem o exército de reserva. Por isso, quando um empreendimento solidário surge em um determinado território, geralmente existe um elevado número de trabalhadores desempregados, ou empresas em processo de falência, organizações de sindicatos de trabalhadores, que lutam por seus direitos, membros de associações de mães e de bairros, que se organizam para melhorar as condições de vida da comunidade, componentes de assentamentos da reforma agrária que batalham pelo acesso à terra.

Fica explícito que uma das motivações do surgimento da empresa solidária é o fator geração de renda. Entretanto, ela não se restringe a este fator específico, pois, observa-se, também, a luta dos trabalhadores contra os efeitos socioeconômicos do capitalismo. Desta forma, a Economia Solidária é ao mesmo tempo uma alternativa econômica e opção político-ideológica, em que seu principal objetivo é dar trabalho e renda para quem necessita, como também, promover no mundo um modo democrático e igualitário de constituir a economia (SINGER, 2002).

A reinvenção da Economia Solidária é recente, e, dessa forma, se ela for interpretada apenas como resposta às contradições econômicas do sistema produtivo vigente, seu desenvolvimento poderá diminuir no futuro, bem como não irá ultrapassar o status de simples complemento do capitalismo. Baseada nessa conjuntura, ela só apresentaria condições de existência se o capitalismo adentrasse numa profunda crise econômica (SINGER, 2002).

Ademais, existe outra opção: considerar a Economia Solidária mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos de trabalhar. Se for percebida dentro dessa perspectiva, alcançará o status de alternativa superior ao capitalismo, pois promove oportunidades de uma qualidade de vida melhor para os trabalhadores e suas famílias.

Esse protótipo de nova sociedade foi originado pelos socialistas utópicos, como um modelo que convergisse para a forma industrial de produção, com a organização comunitária da vida social. É uma concepção de Economia Solidária baseada nos ideais socialistas. Parte da tese de que é possível fazer crescer um novo ser humano imerso em um ambiente social de cooperação e solidariedade e, dessa forma, desenvolver e reproduzir equidade de direitos e responsabilidades e ganhos pelos territórios onde residem seus membros (SINGER, 2002).

Algumas perguntas advêm deste cenário envolto na Economia Solidária: Ela pode se converter em um modo de produção que adentra as fissuras do capitalismo, no que Singer (2002) denomina de modo de produção intersticial que organizaria a economia e a sociedade, como também, superasse a divisão de classes e a competição universal? Singer (2002) responde ao questionamento, aludindo ao fato de que a Economia Solidária necessitaria originar sua própria convergência, ao invés de ficar à mercê das contradições do capitalismo, para então dar oportunidade a ela.

Na hipótese de crescimento da Economia Solidária, duas características podem emergir em relação a seu imbricamento com o capitalismo. Uma delas seria o isolamento: forma constituída a partir da preferência dos consumidores para os produtos e o consumo solidário em detrimento das empresas capitalistas. O consumo solidário e o comércio-justo são outras duas formas de optar e dar prioridade à compra de produtos solidários (SINGER, 2002).

Entretanto, essa opção só se fundamenta, e se concretiza, se for conduzida com o intuito de constituição de uma sociedade pós-capitalista em que as empresas, comunidades e compradores solidários se articulem em redes para desenvolver padrões de consumo distintos dos que prevalecem no capitalismo. Os membros da Economia Solidária, ao se unir dessa forma, poderão torná-la uma alternativa superior ao capitalismo, pois ela terá condições de proporcionar ao tecido social oportunidades de autossustento (SINGER, 2002).

Para que a Economia Solidária supere o lugar de supérflua e paliativa dos males causados pelo capitalismo e passe efetivamente a ser vista como competidora, ela terá de criar e oportunizar padrões de eficiência e eficácia na produção e distribuição de mercadorias mediante a contribuição de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários (SINGER, 2002).

Por ora, dessa construção teórica de Paul Singer, depreende-se que se trata de um projeto que inclui as dimensões cultural e política e se encontra balizado e imerso dentro do plano simbólico e na realidade empírica, pois é um fenômeno que ultrapassa a esfera econômica. Antes suscita no tecido social ações de cunho participativo e emancipatório. Ou seja, exige uma mudança substancial de valores que devem ser permeados sob o escopo da solidariedade, cooperação. Enseja mudança na cultura política da sociedade, através de ações que mobilizam os territórios e têm por objetivo ocasionar profundas alterações socioeconômicas nestas localidades.

Em suma, pode-se afirmar que Singer defende a luta dos trabalhadores em prol da apropriação e socialização dos meios de produção, com a finalidade de construção de um projeto alternativo ao capitalismo, em que se combinam forças produtivas com relações sociais de produção originadas com o intuito de ultrapassar as consequências nefastas da exclusão social e proporcionar aos trabalhadores rendimentos equivalentes. Defende um projeto de sociedade que converge às liberdades individuais, políticas e econômicas, pleno emprego e participação nas resoluções em nível de empresa.

2.7 Breve biografia de Luis Inácio Gaiger

Luiz Inácio Gaiger nasceu na década de 1950. Sua juventude se desenvolveu diante do regime militar. É advindo de família católica progressista, e seu pai, Celso Gaiger, durante a década de 1980 foi o primeiro presidente do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (Ceca), que é uma organização civil religiosa, em que Gaiger também colaborou na forma de cursista (LECHAT, 2004).

Gaiger formou-se no ano de 1981 no curso de História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), momento em que participou de movimentos jovens e estudantis. Dentre eles, destaca-se o Comitê de Apoio aos Acampados, ligado à Pastoral da Terra. Era organizado pela Igreja Católica na cidade de Ronda Alta, naquele Estado. O movimento visava a sensibilização de intelectuais, movimentos sociais, outras organizações e militantes para o debate sobre a reforma agrária no país (LECHAT, 2004).

Posteriormente, cursou mestrado em Sociologia da Religião, Université

Catholique de Lovaina, UCL, Bélgica, analisando em sua dissertação o papel dos agentes mediadores da Pastoral da Terra, junto ao MST do Rio Grande do Sul. Em seguida, Gaiger dá continuidade aos estudos de doutoramento na mesma instituição de ensino (LECHAT, 2004).

Logo após a conclusão do doutoramento, em 1991, Gaiger volta ao Brasil para lecionar na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), local onde trabalha até os dias atuais.

Um fato que merece destaque em relação à trajetória de Gaiger foi seu envolvimento no Seminário Nacional de Economia Solidária da Unitrabalho, ocasião em que representou a região Sul. A importância da sua presença neste evento decorre do fato de que o convite para sua entrada como pesquisador no seminário permitiu a abertura para participação de pesquisadores de outros Estados adentrarem no grupo, pois até o início de sua participação, só faziam parte do grupo de pesquisas da Unitrabalho pesquisadores dos Estados do Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (LECHAT, 2004).

Posteriormente, integram também a equipe da Unitrabalho, os renomados pesquisadores do tema da Economia Solidária: Farid Eid da Universidade de São Carlos (UFSCAR), Jorge Lorenzetti da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Francisco Mazzeu da Universidade Estadual Paulista (Unesp), além de Paul Singer da Universidade de São Paulo (USP) (LECHAT, 2004).

No final de 1997, Gaiger ministrou palestra no I Congresso Internacional sobre Economia Social y Solidária ocorrido na Argentina, intitulada *A Economia Solidária: uma reflexão desde o Brasil*, em que foram descritos dados da pesquisa Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil, coordenada por Gaiger na Unitrabalho. Logo após este evento, Gaiger transforma-se no representante da Unitrabalho em todos os Grupos de Trabalho de Economia Solidária dos Fóruns Sociais Mundiais (LECHAT, 2004).

Nos anos subsequentes, Gaiger associa-se ao grupo de docentes do curso de Mestrado em Economia Social da Universidade de General Sarmiento, que tem como diretores José Luis Coraggio, Gaiger e Jean-Louis Laville. Também é integrante da Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social y Solidária (Rilles) e da

Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABEP) (LECHAT, 2004).

2.8 Luis Inácio Gaiger e os empreendimentos econômicos solidários

Como indica Gaiger (2006), a Economia Solidária diz respeito a um campo multifacetado de experiências dotadas de caráter coletivo, no que diz respeito à gestão, posse dos meios de produção e ao processo de trabalho, ocasionando a redução das relações de trabalho assalariadas e promovendo o envolvimento dos trabalhadores com as demandas de suas comunidades e, por conseguinte, com a luta por seus direitos sociais.

Outro ponto a ser destacado é o caráter multiforme das iniciativas que variam porque os atores que fazem parte de suas ações são diversos, assim como suas origens, motivações para fazer parte do movimento, suas atividades econômicas, seus impactos e resultados (GAIGER, 2006).

À luz desse campo de ações, existem alguns fatores que logram margem para o sucesso dos empreendimentos econômicos solidários: a competência para conciliar, ao mesmo tempo, as relações de trabalho e eficiência, por conseguinte, tornar a cooperação o principal expoente desse novo modelo de gestão. Desse fato, decorre que os resultados do sucesso ou insucesso dos empreendimentos dependem da capacidade do trabalho cooperado, no que concerne à motivação para manter os empreendimentos solidários. É nesse intuito que a cooperação e o solidarismo no âmbito do trabalho devem ser práticas cotidianas vivenciadas, pois propiciam elementos de promoção e de eficiência nos empreendimentos solidários (GAIGER, 2006).

Gaiger (2006) elucida que a problemática que se coloca é de como a relação entre o solidarismo e a cooperação no trabalho se estabelece e se reproduz? Também verificar se o trabalho cooperativo representa uma força propulsora capaz de causar impactos econômicos significativos nos empreendimentos.

A partir dessa inquietação, as manifestações de Economia Solidária requerem um olhar analítico sobre suas particularidades individuais e gerais. Ainda, os indicadores econômicos que determinam o que os empreendimentos significam para a vida dos trabalhadores, suas demandas e aspirações e nesses casos as funções que os

empreendimentos conseguem desempenhar no âmbito social e econômico dos grupos.

Isto estabelecido, Gaiger pontua e distingue as diversas formas e finalidades que assumem os empreendimentos de Economia Solidária. São elas: iniciativas de complementação de renda, empreendimentos que se destinam a fortalecer a produção familiar e individual, cooperativas de trabalho ou serviços, empresas autogestionárias.

Coexistem paralelamente inúmeros conceitos e ações de Economia Solidária fomentados a partir de argumentos convergentes e alguns outros divergentes, tais como: empresas de economia popular, empresas sociais e cooperativas populares. Comumente, estas concepções estão ligadas às interpretações de que os autores fazem do que é Economia Solidária, tratando-a como economia do trabalho, socioeconomia, socialismo autogestionário, economia plural, terceiro setor, economia da dívida e outras (GAIGER, 2002).

Esse campo fértil de interpretações suscitou o debate em relação à viabilidade dos empreendimentos, sua natureza e significado. Esta problemática tornou-se objeto de debate frequente dentro do movimento da Economia Solidária, bem como nos debates científicos ocorridos em universidades. Estes geralmente estão balizados através de teses da economia política marxista, cujos fundamentos servem de base para a construção do pensamento da esquerda. (GAIGER, 2002).

Por isso, de acordo com Gaiger (2002), as tentativas de conceituar a Economia Solidária correm o perigo de ser analisadas por seu impacto político, pelo discurso de confronto com o capitalismo, ou ainda, de ingredientes teológicos. Este é um fato que geralmente ocorre nas conceituações que associam a Economia Solidária a um novo modo de produção não capitalista. Nesse caso, a concepção que cerca o conceito de Economia Solidária é baseada em respostas definitivas e imutáveis acerca do fenômeno analisado.

Como assinala Gaiger (2002), essa sentença apropriada como afirmação repercute amplamente nesse campo, pois o surgimento de um novo modo de produção representa a passagem de um modo de produção que possui características de individualismo e competição, para um modo de produção solidário e cooperativo. As interpretações baseadas nesse tipo de sentença revelam urgência em extrair respostas seguras, sem nenhum tipo de insegurança ou questionamento sobre a viabilidade desse

projeto.

Nesse campo de embates que resulta em um aglomerado de interpretações, Gaiger (2002) afirma que deve se compreender os empreendimentos solidários como demonstração de uma “forma social de produção específica” contrária aos fundamentos do capitalismo, porém convivendo com ele para subsistir em situações conduzidas pelo capitalismo.

A partir dessa conjectura, o que os empreendimentos de Economia Solidária trazem de novo é a reprodução dos vínculos de cooperação e solidariedade no ambiente interno e externo dos empreendimentos. A Economia Solidária não reproduz as formas de relações capitalistas. Entretanto, também não consegue extinguir ou ameaçar as formas típicas desse modo de produção. Estas circunstâncias demonstram as limitações da emancipação do trabalho solidário diante da dominação capitalista. (GAIGER, 2002).

Nas condições atuais, os empreendimentos cooperativos autogestionários experimentam uma dupla subsunção à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal inversa, de uma base sobre uma forma similar ao caso da economia camponesa. Essas coerções, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios (GAIGER, 2002, p. 201).

Dessas circunstâncias, depreendem-se algumas interrogações dessa situação ambivalente. De acordo com Gaiger (2002), a primeira delas é: quais as exigências que os empreendimentos de Economia Solidária devem possuir para manter suas características singulares? Segundo Gaiger, são três características: assumir a base técnica do capitalismo, dar provas de superioridade do trabalho associado e resistir às pressões econômicas do capitalismo, por meio de mecanismos de proteção.

Por fim, Gaiger (2002) destaca que na contemporaneidade quaisquer que sejam os desdobramentos futuros, uma questão basilar é posta: somente novas práticas de trabalho e economia não podem gerar transformações na cultura política e modificações

na prática do cotidiano. Esta é uma das particularidades primordiais da Economia Solidária que geram a necessidade de busca do cumprimento das exigências para que os empreendimentos econômicos solidários mantenham suas singularidades. Ainda, o status possível da Economia Solidária é proporcionar amostras concretas de que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas.

Por ora, a importância do legado teórico de Gaiger, a priori, parece ser o avanço conceitual com que arquiteta seus postulados relacionados ao tema da Economia Solidária. Ele faz uma crítica às duas percepções e modos mais corriqueiros de compreender a Economia Solidária, que é atribuí-la a um novo modo de produção ou ainda à forma de argumento que atribui seu sentido a questões ligadas à religião e, conseqüentemente, à ideologia. Gaiger avança sua argumentação sobre o fenômeno, ao expor os limites e as possibilidades de atuação dos empreendimentos de Economia Solidária diante do capitalismo.

Parece-nos construir o inventário mais contundente, verossímil e antenado com as transformações socioeconômicas atuais que ocasionam impactos nas ações de Economia Solidária. Difere dos outros autores ao trazer para debate a categoria empreendimentos de Economia Solidária, uma menção às diversas formas de produção e comercialização e foi utilizada para dar conta de uma infinidade de experiências que anteriormente eram chamadas de cooperativas, associações, empresas solidárias, fábricas, dentre outras.

Gaiger avança em suas análises, pois cria uma esfera promissora em que sua tipologia interpretativa vai além da morfologia externa dos empreendimentos. Acima de tudo, considera os princípios e relações estruturais existentes no ambiente interno e externo aos empreendimentos e as relações sociais e econômicas em nível macro e micro. Ou seja, esses empreendimentos aglutinam ações políticas, educativas, culturais e econômicas em prol de mudanças e transformações possíveis pela sua eficiência.

Nessas circunstâncias, a eficiência se encontra na propriedade coletiva dos meios de produção e autogestão que repercute na satisfação pessoal e qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias, pois nessa situação não se encontram à mercê das intempéries em que o mercado os coloca. Ao contrário, há uma mudança de mentalidade em que os trabalhadores participam e se envolvem nas atividades do empreendimento, gerando uma nova cultura profissional e benefícios sociais e

econômicos.

2.9 A Cáritas brasileira e a caridade libertadora

Por sua vez, a Cáritas Brasileira foi formada em 1956. Nas décadas posteriores, articulou inúmeras pastorais sociais com a conseqüente popularização e disseminação de seus projetos e programas pelo país, em manifestações populares de reivindicação contra a carestia e por políticas sociais. Sua expansão foi possível através da criação da rede de Cáritas Diocesanas, formada por escritórios de representação ou de entidades independentes de assistência social que mantêm sedes nas cúrias diocesanas, onde seguem as normas da Cáritas. (SOUZA, 2007)

Desde sua fundação, a Cáritas tem atuado, motivando e organizando diversos movimentos sociais e populares, fomentando uma série de iniciativas junto aos grupos comunitários. São projetos e programas de cunho associativo e cooperativo, criados a partir de iniciativas emergenciais, com o objetivo de ocasionar mudanças na vida dos cidadãos, através da solidariedade. (SOUZA, 2007)

Até a década de 1970, suas ações eram baseadas em um modelo de caridade assistencial, baseado na distribuição de alimentos, advindos dos Estados Unidos e intermediados por bispos norte-americanos. Em seguida, a Cáritas modifica seu arquétipo assistencial e marcha para um novo modelo de ação, baseado na promoção humana. (SOUZA, 2007)

A ascensão dessa nova perspectiva se fundamenta através da valorização dos atores sociais pelo trabalho, ou seja, com esta mudança de modelo, os beneficiários dos projetos passam a ser percebidos como atores sociais que buscam autonomia por meio da atividade laboral, em detrimento da concepção anterior da instituição que os concebia como sujeitos passivos de projetos assistencialistas e caritativos. (SOUZA, 2007)

A adoção desse novo modelo visava contribuir para a valorização dos atores sociais a partir do desenvolvimento de atividades que proporcionassem redução da pobreza. Este modelo engendrado pela instituição dava ênfase ao empenho das pessoas em superar as condições de inferioridade que vivenciavam no cotidiano das comunidades. (SOUZA, 2007)

Com base nessa nova agenda de demandas, arquitetou-se a mudança no foco das ações, anteriormente destinadas aos atores de forma individual, para ações que incluíssem o conjunto do território a que pertencem, bem como os grupos de pessoas existentes na comunidade. Nesse cenário, surgem diversas ações coletivas no âmbito local, que contemplavam o ideal de desenvolvimento comunitário, tais como: clubes de mães, hortas coletivas, associações de mães e de bairros, dentre outras. Todavia, a Cáritas percebeu a urgência de avançar as discussões de suas ações no campo político. (SOUZA, 2007)

É a partir dessa conjuntura que surge o terceiro modelo de ação da Cáritas, baseado na Caridade Libertadora. Sua gênese e definição encontram-se definidas no livro *Mística e metodologia da caridade libertadora*. A obra é fruto das reflexões e encontros promovidos pela instituição durante o ano de 1990. (SOUZA, 2007)

Esta concepção está alicerçada nos princípios da Teologia da Libertação, que possui forte influência da Teoria Marxista. De acordo com André Ricardo de Souza (2007), nesta percepção de caridade, desenvolvida pela Cáritas, foi adotada uma noção dialética da sociedade. Esta interpretação pressupõe que o grande mal da sociedade não é a pobreza, pois suas causas são conhecidas e devem ser sanadas.

De modo que a pobreza é consequência das estruturas de poder deflagradas através da exploração cultural e econômica em que é necessário abnegá-las para que ocorram efetivamente transformações na sociedade. Nesta confluência, as ações sociais balizadas como assistenciais passam a ser consideradas paliativas e residuais. (SOUZA, 2007)

Essa mutação na base do pensamento e concepção de caridade, desenvolvida pela Cáritas, teve início por meio das mudanças provenientes da própria instituição e da sociedade.

A partir das transformações ocorridas no seio da Igreja onde milhares de militantes católicos passaram a fazer parte de organizações populares e sociais, sindicatos e partidos políticos. Na conjuntura dos países Latino-Americanos, diversos deles estavam em processo de ruptura com os regimes ditatoriais. Este fato demandou metamorfoses substanciais na cultura política dos países. Corroborando com esta modificação, a Cáritas passou a perceber a necessidade dessa mudança da sociedade por democracia e participação (SOUZA, 2007, p. 25).

Na confluência destas mudanças, nos anos 1980, emerge a abertura democrática do país, logo após o fim da ditadura militar. Os frutos desse processo foram as eleições de 1984 e os debates sobre a nova Constituição de 1988. É neste cenário de embates entre o Estado e a Sociedade civil que emergem as bases filosóficas da Teoria da Libertação, princípios adotados como estratégias de ação da Cáritas baseados numa nova proposta de metodologia teológica. (SOUZA, 2007)

Da mudança de ideia de caridade adotada pela Cáritas, surgem projetos que visam instituir um novo tipo de ação social fomentadora de ações profissionais e políticas. Com base nessa perspectiva, emergem nos anos 1980, no Rio Grande do Sul, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que possuem trajetória vinculada à busca de alternativas de sobrevivência, através da inclusão produtiva dos trabalhadores, baseada na solidariedade dos grupos que lutam por organização política e autonomia, diante do assistencialismo e, em consequência, por melhores condições de vida. (SOUZA, 2007)

Na década seguinte, intensificou-se a disseminação das práticas de Economia Solidária desenvolvidas pela Cáritas. Entretanto, no próximo tópico, damos ênfase aos PACs, que são os primeiros projetos da Cáritas que trazem a abordagem da Economia Solidária, por isso configuram-se projetos que requerem maior reflexão sobre a abrangência, público, desafios e perspectivas. (SOUZA, 2007)

2.10 A Cáritas e os Projetos Alternativos Comunitários (PACs)

Em maio de 2002, ocorreu na cidade de Belém do Pará o Seminário Nacional da Cáritas sobre a Economia Solidária, ocasião propícia para aprofundar as reflexões e debates sobre o seu desenvolvimento, suas perspectivas e enfoques. Durante o evento, as reflexões feitas apontavam para o reconhecimento e a importância do apoio da Cáritas aos empreendimentos de Economia Solidária. Decorre daí a constatação de que sua atuação também deve contemplar o campo da formação dos atores sociais.

A Cáritas reconhece que sua intervenção não deve estar restrita nem centralizada no fornecimento de crédito ou de assistência técnica nas iniciativas produtivas. A sua contribuição deve ser formativa dos sujeitos para uma nova forma de construir realidades solidárias. Cabe à Cáritas animar e estimular a prática da solidariedade. Este processo

passa por uma mudança cultural no ramo da solidariedade. Por isso, estimular a produção de bens e a sua comercialização é importante, mas não suficiente. As redes de Economia Solidária devem ser de produção, comercialização, consumo, mobilização, construção de políticas, fortalecimento de cidadania e construção de um novo modelo de desenvolvimento (BERTUCCI; ALVES, 2003, p.14).

Discussões como estas sobre a estrutura da ação da Cáritas foram fundamentais para organizar os métodos e estratégias de intervenção, principalmente dos PACs. Nesse processo, os Projetos Alternativos são iniciativas populares concebidas a partir do apoio financeiro e técnico da Cáritas. Na visão da instituição, os PACs são instrumentos pedagógicos que têm por objetivo suscitar um novo tipo de ação social que não se enquadre dentro de uma perspectiva paternalista ou assistencialista. Eles se enquadrariam numa “escola de cidadania,” formadores no âmbito profissional e político. (BERTUCCI; ALVES, 2003)

Existem quatro tipos de PACs: os de produção de mercadorias, prestação de serviços, apoio a movimentos populares e apoio a sindicatos, principalmente os rurais. Estes projetos comunitários fazem parte de um plano estratégico que considera as dimensões objetivas e subjetivas do ser humano. Esta proposição está baseada nas Encíclicas de 1965 e 1967. (BERTUCCI; ALVES, 2003)

Os PACs estão presentes em todos os Estados do País. Segundo dados da Cáritas, até o ano 2000 a instituição tinha apoiado mais de mil PACs, abrangendo 57 mil pessoas em ações de atividades produtivas, de mobilização e formação. Além deste projeto, também foi implementado o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), que financiou 252 projetos. (BERTUCCI; ALVES, 2003)

Em relação aos beneficiários dos projetos, são adotados dois critérios para sua definição: a exclusão social e a diminuta capacidade de organização dos grupos beneficiários. Ou seja, a Cáritas desenvolve seus projetos com grupos populares, em que a maioria habita áreas rurais. São agricultores, sem-terra, assentados, dentre outros. Nas áreas urbanas, são desempregados, sem-teto, moradores de favelas e áreas de risco. (BERTUCCI; ALVES, 2003)

Em todos esses casos, no nível econômico, os sujeitos possuem em média uma renda mensal de até 1-2 salário-mínimo. No âmbito educacional, 30% são analfabetos e até 83% não finalizaram o ensino fundamental. Sobre a dimensão de gênero, não

existem dados, pois os documentos da Cáritas definem os participantes dos PACs como grupos comunitários. (BERTUCCI; ALVES, 2003)

Quanto ao arranjo dos PACs, eles visam contribuir para a organização de iniciativas comunitárias. Segundo o Relatório de Sistematização dos PACs, “eles pretendem criar oportunidades para que as famílias produzam seu próprio alimento de modo coletivo e criem alternativas de geração de emprego e renda.” Para obter financiamento do projeto, basta que os grupos estejam organizados sob a forma de associações, cooperativas e sindicatos. A partir de 1995, as unidades familiares também passaram a ter acesso aos fundos de crédito dos PACs. (BERTUCCI; ALVES, 2003)

As ações dos PACs são determinadas por orientações básicas de apoio aos grupos:

Construir a autonomia, autogestão e afirmação política dos grupos, descentralizar o acompanhamento dos grupos, possibilitar um processo sistemático de capacitação, com o objetivo de aprimorar a formação dos participantes dos PACs e dos agentes que atuam no acompanhamento deles.(BERTUCCI e ALVES, 2003, p. 25)

No processo de capacitação, são utilizados cursos e seminários para os agentes responsáveis pelos PACs.

Muitos avanços têm sido conquistados pelos grupos produtivos solidários. Dentre eles, o fortalecimento da cidadania e conquista de direitos. Destaque para a participação dos atores sociais nas reivindicações de demandas dos grupos e de suas comunidades junto ao poder público. Nesse âmbito, as iniciativas dos PACs também têm se configurado como ferramenta de fortalecimento de fóruns e de sinergia com a sociedade civil, estabelecendo um espaço de articulação coletivo na luta pela intervenção nas políticas públicas. (BERTUCCI; ALVES, 2003)

Na busca pelo fortalecimento das iniciativas dos PACs, a Cáritas tem mantido esforços contínuos para superar os seus desafios. Destaque para as seguintes questões: limitação de pessoal e recursos para realizar monitoramento dos PACs, necessidade de modificação na concepção dos Fundos de Apoio, patrocinando mais iniciativas em redes do que projetos isolados, articular outras fontes de financiamentos governamentais, integrar uma nova visão do protagonismo dos excluídos baseada na Lei

Orgânica da Assistência Social, ampliar a eficácia de recursos investidos nos PACs e maior divulgação das iniciativas desenvolvidas. (BERTUCCI; ALVES, 2003)

Apesar dos limites encontrados pela Cáritas para subsidiar as ações dos PACs, vários são os indicadores que tratam de experiências importantes no âmbito do combate à pobreza política e econômica, bem como contribuem para fomentar alternativas de interromper o ciclo de exclusão social nos contextos populares do país.

Por fim, no próximo capítulo, discutiremos a gênese das políticas públicas em temas gerais para adentrar na perspectiva das Políticas de Economia Solidária.

Capítulo 3

3. Ação Pública e Economia Solidária

3.1 Políticas públicas: conceitos

Por ser uma temática bastante abrangente e ainda em amplo processo de discussão global, há atualmente conceitos em debate que muitas vezes adquirem contornos controversos. Por isso, este capítulo levanta discussões sobre os diversos conceitos das políticas públicas com a finalidade de construir um quadro explicativo sobre os seus diversos tipos. (SECCHI, 2011)

Vários conceitos distintos são atualmente empregados para qualificar as políticas públicas, sem que haja um que seja considerado melhor ou definitivo. O até então mais difundido é o elaborado por Laswell, segundo o qual as políticas públicas compreendem as decisões e análises sobre política pública, oferecendo respostas às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Para Mead (1995), as políticas públicas podem ser compreendidas como um campo dentro do estudo da política que analisa o Governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) as define como um conjunto de ações do Governo que irão produzir efeitos específicos.

Já para Peters (1986), a política pública é vista como aquela somada às atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) faz uma síntese de política pública enquanto “o que o Governo escolhe fazer ou não fazer.” Enquanto Souza (2006) argumenta que políticas públicas é o campo do conhecimento que busca, tanto colocar o Governo em ação, quanto analisar essa ação.

Para Secch:

Uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação

também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade política e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCH, 2011,p.2)

Faz-se necessário destacar que as iniciativas que envolvem a elaboração e a execução das chamadas políticas públicas podem ser tanto de responsabilidade do estado de direito, quanto da sociedade civil. Evidentemente, há pesquisadores que defendem a exclusividade do protagonismo do Estado no que concerne à elaboração e execução das políticas públicas. Neste caso, a chamada abordagem estatista das políticas públicas (*state-centered policy-making*) leva em consideração, de maneira analítica, o monopólio da atuação do Estado, uma vez que o fator determinante para que essa política venha a ser de fato pública é a personalidade jurídica do seu protagonista. (SECCHI, 2011)

Assim sendo, só será pública a política que vier do setor estatal. Por outro lado, a abordagem que defende um perfil multicêntrico das políticas públicas considera as iniciativas desenvolvidas pelas organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais e redes de políticas públicas (*policy networks*). O que vai determinar o caráter público da política é que o problema a ser enfrentado é público (SECCH, 2011).

Algumas definições, por levar em consideração o papel das políticas públicas na solução de problemas, são subestimadas, quando analisadas por teóricos que acabam descartando o caráter de racionalidade existente nas políticas públicas. Na verdade, esses estudiosos desconsideram que as políticas públicas são construídas em torno de ideias e interesses.

Embora se faça opção por diferentes abordagens, as definições de política pública geralmente levam em consideração o conjunto formado pelos indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses, ainda que dentro desses grupos haja significativas diferenças.

Quando se apoiam nas ações do Governo, as decisões não levam em consideração os aspectos conflituosos e os limites que são impostos às decisões governamentais. Por outro lado, não são também incluídos outros fatores, a exemplo das

cooperações celebradas entre os governos, instituições e outros grupos sociais. As definições de políticas públicas nos remetem imediatamente aos governos, enquanto palcos de disputa de interesses e embates ideológicos. (SECCHI, 2011)

Se observadas da perspectiva teórico-conceitual, a política pública, em geral, e a política social, em especial, apresentam em seu caráter multidisciplinar a necessidade de demonstrar a natureza da política pública, bem como os seus processos.

Nesse sentido, a construção de uma teoria geral da política pública engloba a necessidade de uma síntese das teorias elaboradas por algumas ciências sociais, como é o caso da sociologia, da ciência política e da economia, uma vez que as políticas públicas têm implicação nas economias e nas sociedades, assim como também nos campos destas ciências que buscam explicar as inter-relações construídas entre estado, política, economia e sociedade. (SECCHI, 2011)

Isso explica em parte o interesse dos pesquisadores das várias disciplinas, como é o caso da economia, da ciência política, da geografia, da antropologia, da sociologia e de tantas outras no campo das políticas públicas, assim como nas suas contribuições para os avanços teóricos e empíricos. Basicamente, e de maneira bastante objetiva, poder-se-ia definir a política pública enquanto um campo do conhecimento que em primeiro lugar “coloca o Governo em ação” e/ou analisa esta ação e, quando pertinente, interfere nela, propondo mudanças no rumo ou curso. (SECCHI, 2011)

Em sociedades democráticas, as políticas públicas ganham forma no momento em que os governos transformam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações governamentais. Quando colocadas em prática, os resultados conduzem a transformações na sociedade e mudanças na qualidade de vida dos indivíduos beneficiados. A percepção de que a política pública é um campo que agrega diversas unidades organizadas em sua totalidade. Para Souza, isso traz duas principais consequências:

A primeira é que a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. A segunda é que o caráter

holístico da área não significa que ela carece de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. (SOUZA, 2006, p. 53)

Dois momentos são importantes para entendermos as políticas públicas. Um primeiro, no qual elas são pensadas e ganham formas. Até então, constituem apenas um programa a ser posto em ação, executado e implementado. Em um segundo momento, quando são postas em ação, e implementadas, as políticas públicas são submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

3.2 Tipos de políticas públicas

De acordo com Secchi (2011), “uma tipologia é um esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas.” Por sua vez, uma variável analítica é “um aspecto discernível de um objeto de estudo que varia em qualidade ou quantidade,” enquanto uma categoria analítica é “um subconjunto de um sistema classificatório usado para identificar as variações em quantidade e qualidade de uma variável” (SECCHI, 2011, p. 16).

Para classificar as políticas públicas, há pelo menos três tipologias conhecidas: Tipologia de Lowi, Tipologia de Gormley, Tipologia de Bozeman e Pandey, sobre as quais discorreremos a seguir:

3.3 Tipologia de Lowi

Baseada na premissa de que “a política pública faz a política,” Theodore J. Lowi elaborou, na década de 1960, e aprimorou posteriormente a mais conhecida das tipologias das políticas públicas, a qual leva o seu nome.

Lowi entendeu que cada tipo de política pública, em especial, certamente vai se defrontar com diferentes situações de apoio ou de rejeição, de modo que as disputas a respeito das decisões tomadas ocorrem em arenas diferenciadas. Segundo Lowi (1964 apud SECCHI, 2011, p. 29), a sua tipologia baseia-se no critério de impacto esperado na sociedade e assume quatro formatos:

Políticas distributivas: nas quais as decisões do Governo são tomadas em caráter individual e favorecedor; que somente pela junção de casos, elas podem ser

compreendidas e não levam em consideração a limitação de recursos. Estas políticas, por focar suas ações em determinados grupos e regiões, geram impactos individuais, em detrimento do todo.

Políticas regulatórias: estão relacionadas a padrões legais mais amplos, a decisões setoriais. Estas políticas, por envolver processos burocráticos, políticos e grupos de interesse, são mais visibilizadas pelo público.

Políticas redistributivas: por serem em geral as políticas sociais de caráter universal, são as políticas que beneficiam um grupo maior de pessoas com consequências sociais e que envolvem um maior número de indivíduos, por isso são de mais difícil encaminhamento. Compulsoriamente, impõem perdas concretas em curto prazo para determinados indivíduos, e, em consequência, ganhos incertos para outros. Exemplos dessas políticas são o sistema tributário e o sistema previdenciário.

Políticas Constitutivas: dizem respeito a procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas gera pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

A tipologia de Lowi observa a política pública enquanto um ciclo deliberativo composto por vários estágios que, por sua vez, constituem um processo dinâmico e de aprendizado. O ciclo da política pública traz os seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. A abordagem de Lowi dá ênfase à definição de agenda e questiona como se dá a escolha das questões a serem colocadas em pauta pela agenda política, em detrimento das outras que são ignoradas. Lowi (1964 apud SECCHI, 2011)

Algumas visões do ciclo da política pública enfatizam mais os participantes do processo decisório, enquanto outras focam no processo de formulação da política pública. Outrossim, cada participante e cada processo pode ter sua atuação entendida, tanto como um incentivo, como um ponto de veto. Ao satisfazer aos questionamentos de como as agendas dos governos são definidas, Souza (2006) apresenta três tipos de respostas.

A primeira focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando assumimos que devemos fazer algo sobre eles. O reconhecimento e a definição dos problemas afetam os resultados da agenda. A segunda resposta focaliza a política propriamente dita, ou

seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema. Essa construção se daria via processo eleitoral, via mudanças nos partidos que governam ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Segundo esta visão, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante na definição da agenda. Quando o ponto de partida da política pública é dado pela política, o consenso é construído mais por barganha do que por persuasão, ao passo que, quando o ponto de partida da política pública encontra-se no problema a ser enfrentado, dá-se o processo contrário, ou seja, a persuasão é a forma para a construção do consenso. A terceira resposta focaliza os participantes, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, etc. e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia. Segundo esta perspectiva, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas. (SOUZA, 2006, p. 11)

3.4 Tipologia de Gormley

A tipologia de Gormley leva em consideração dois fatores como base de distinção: *o nível de saliência*, que é a capacidade que tem uma política pública de afetar e chamar a atenção do público em geral; e *o nível de complexidade*, que é a necessidade de conhecimento necessário para a sua formulação e implementação.

De acordo com Gormley (1986 apud SECCHI, 2011), um assunto é considerado saliente quando é capaz de afetar um grande número de pessoas de maneira significativa; e torna-se complexo se levantar questões factuais, cujas respostas não podem ser oferecidas por amadores ou generalistas. Com a intersecção desses dois fatores em seus níveis alto e baixo, temos quatro tipos:

Política de sala operatória – quando apresenta alta saliência e alta complexidade. Políticas que dizem respeito a temas como regulamentação de organismos geneticamente modificados, qualidade do ar e da água, medicamento. São questões amplamente divulgadas nos veículos de comunicação que desenvolvem forte apelo popular, gerando polêmica e acarretando muitas dúvidas e incertezas na população. Em face disso, exige um conhecimento técnico elevado para embasar a tomada de decisão.

Política de sala de reuniões – da intersecção da complexidade com baixa saliência. As reformas administrativas, elaboração de regras para o setor bancário, regulações técnicas para o setor de construção civil, regras de competição das empresas de telefonia

são algumas das políticas que se enquadram na categoria sala de reunião. Embora a capacidade de atrair a atenção da comunidade seja reduzida, existe a necessidade de conhecimento técnico para elaborar as políticas enquadradas neste grupo.

Política de audiência – quando se tem baixa complexidade e alta saliência. Do ponto de vista técnico e estrutural, que concerne basicamente à elaboração, é uma política simples, mas geralmente costuma atrair a atenção das pessoas, sendo comumente amplamente divulgada e ganhando repercussão nos meios de comunicação e dividindo a opinião dos partidos políticos. Exemplo dessas políticas é a discussão a respeito de cotas raciais em universidades, descriminalização do aborto.

Política de baixo calão – quando combina baixa complexidade e baixa saliência. As políticas deste grupo são de baixa complexidade de elaboração, não atraindo a curiosidade da população. São serviços de bastidores que compreendem as rotinas administrativas dos agentes públicos, como os serviços de informação e fiscalização.

3.5 Tipologia de Gustafsson

Gustafsson (1983 apud SECCHI, 2011) elabora uma tipologia em que conhecimento para elaboração e implementação é colocado em intersecção com a vontade de implementar. Duas possibilidades acrescidas em cada opção resultam em quatro tipos de políticas públicas, de acordo com a tipologia de Gustafsson. Segundo o autor, essa tipologia pode ser entendida como um tipo ideal, já que não raro as políticas públicas compreendem vários aspectos reais, simbólicos, efetivos e de incompetência.

Política Real – quando o conhecimento para elaboração e implementação está disponível e há a intenção de implementar a política pública. Neste caso, há a intenção do gestor de solucionar um problema público e há disponibilidade de conhecimento técnico para levar à frente a solução. Esta seria o tipo de política pública ideal para ser desenvolvida.

Pseudopolítica – o conhecimento para elaborar e implementar está indisponível; no entanto, existe a intenção de implementá-la. Ainda que haja a intenção de colocá-la em prática, falta pessoal capacitado para desenvolvê-la.

Política Simbólica – neste caso, a existência de conhecimento para elaboração e implementação coincide com a falta de intenção de implementá-la.

Política sem sentido – quando não há conhecimento para elaboração e implementação, nem tampouco a intenção de implementar.

3.6 Tipologia de Bozeman e Pandey

Bozeman e Pandey (2004 apud SECCHI, 2011), em sua tipologia, classificam as políticas públicas, considerando os conteúdos, enquanto técnico e político. A política pública de conteúdo técnico apresenta ausência de conflito ou pouco conflito político em relação à definição dos objetivos, sendo os conflitos em sua maioria de origem técnica.

Por sua vez, a política pública de origem política vai apresentar conflitos significantes, quando da definição dos seus objetivos. Assim sendo, o cenário vai se configurar de tal modo que será possível identificar os indivíduos que seriam beneficiados e os que não tirariam proveito, antes mesmo da implementação da política em questão.

Há uma importante deficiência identificada na tipologia de Bozeman e Pandey, que é a imprecisão da classificação, em razão da possibilidade de alteração de uma política pública durante o seu ciclo. Embora pareça de caráter técnico durante a sua concepção, uma política pública pode, na verdade, se tornar fortemente política durante a sua implementação.

As políticas públicas podem apresentar, ao mesmo tempo, características tanto técnicas quanto políticas. Sendo que para os autores, em algumas vêm a prevalecer as questões técnicas, como é o caso das políticas públicas de gestão financeira ou da informação. Por outro lado, há políticas públicas que apresentam caráter eminentemente político, como é o caso das políticas que Lowi classifica como redistributivas, ou das políticas que Wilson entende como de interesse em sua tipologia.

Fernandes (2007 apud NAGEM; SILVA, 2011) chama atenção para o fato de que não se deve negligenciar o aspecto político em detrimento do aspecto administrativo e técnico das políticas públicas. Em outras palavras, mesmo que se trate de uma área técnico-administrativa, a dimensão política é também fundamental, uma vez que está relacionada a processos decisórios.

3.7 Ciclo das políticas públicas

Ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) é como ficou conhecido o processo de elaboração das políticas públicas (*policy-making process*). Em geral, compreende sete etapas que vão desde a identificação do problema até a extinção, passando pelas etapas de formulação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação. Embora esse ciclo seja de grande importância pela organização das ideias que ele permite, convém lembrar que em geral não reflete realmente a dinâmica ou a vida das políticas públicas, ou seja, as fases não vão se alternar sempre na mesma sequência, havendo, portanto, uma mistura (WILDAVSKY, 1979 apud SECCHI, 2011).

Identificação do problema – a primeira etapa do ciclo de elaboração das políticas públicas é necessariamente a identificação do problema. Para Secchi (2011), “um problema é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e o que se gostaria que fosse a realidade pública.”

O aparecimento de tal problema pode se dar de várias maneiras. Uma catástrofe natural é o tipo de problema que surge de maneira repentina e afeta a vida das pessoas que habitam a região. De outro modo, determinado problema pode ocupar lugar nas preocupações da população e gestores, a exemplo do congestionamento das cidades ou a burocratização dos procedimentos. (SECCHI, 2011)

Há problemas que podem perdurar por muito tempo sem que se façam investimentos sérios na busca de soluções, porque a população aprende de certo modo a conviver com eles, gerações inteiras vivem sob o mesmo problema, de modo que isso venha a provocar certa naturalidade. Um bom exemplo disso é a favelização das periferias das grandes cidades.

Nem sempre um problema é resultado da situação de degradação de uma conjuntura específica. A melhoria de uma situação em outro contexto pode vir a revelar o problema. A aquisição de um equipamento público em um município cria o problema de falta em outro vizinho. Para Sjöblom (1984 apud SECCHI, 2011), a identificação do problema envolve quatro etapas:

- Percepção do problema: de caráter subjetivo, ou intersubjetivo: o problema público passa a ser identificado a partir do momento em que gera uma situação de insatisfação que afeta grande parte da população.
- Definição ou delimitação do problema: a delimitação do problema é decisiva na elaboração de uma política pública. Nesta etapa, identificam-se os elementos e se criam os norteadores para a definição dos conjuntos de causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações.
- Avaliação da possibilidade de resolução: raramente um problema será socialmente identificado se não oferecer possibilidade de solução. O que ocorre em grande parte é que muitas políticas públicas serão elaboradas com a intenção de apenas amenizar a situação e não solucioná-la por completo.

Formação da agenda – compreende-se como agenda conjunto de temas entendidos como relevantes. A agenda pode ser um programa de Governo, planejamento orçamentário, estatuto partidário ou uma lista dos assuntos tomados como importantes. Cobb e Elder (1983 apud SECCHI, 2011) definem dois tipos de agenda:

Agenda Política: compreende problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor da intervenção pública;

Agenda Formal: lista de problemas ou temas que o Governo já decidiu enfrentar. Também chamada de agenda institucional.

Secchi lembra que também há a agenda midiática, formada pelos temas e assuntos que ganham destaque nos meios de comunicação. A influência que a mídia exerce sobre a população é deveras significativa, não raro, condicionando as agendas políticas institucionais. Há uma rotatividade de problemas entrando e saindo da agenda, ganhando e perdendo relevância. Subirats (1989 apud SECCHI, 2011) destaca alguns fatores, como a limitação de recursos humanos, a falta de pressão da sociedade, a ausência de recursos financeiros e humanos, bem como a falta de tempo e de vontade

política, enquanto responsáveis pela retirada dos problemas da agenda ou ainda a não inclusão.

Cobb e Edeer (1983 apud SECCHI, 2011) destacam três condições para a entrada de um problema na agenda política: que o problema mereça a atenção de gestores e população; que as ações possam ser consideráveis e factíveis; que seja de competência pública.

Formulação de alternativas – a formulação de alternativas de solução passa pelo estabelecimento de objetivos e estratégias, bem como o estudo das potenciais consequências resultantes de cada solução adotada. A formulação de alternativas se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema. De acordo com Schattschneider (1960 apud SECCHI, 2011): “a definição das alternativas é o instrumento supremo do poder, porque a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca poder.”

É durante o estabelecimento dos objetivos que os políticos, os analistas de políticas públicas e os atores envolvidos expressam suas expectativas sobre os resultados das políticas públicas. Na elaboração dos objetivos, estes podem ser amarrados de maneira mais livre ou de modo mais concreto. Secchi (2010, p. 37) lembra que “quanto mais concretos forem os objetivos, mais fácil será verificar a eficácia da política pública.”

Em muitas ocasiões, no entanto, há dificuldade em estabelecer metas, a exemplo dos casos em que os dados qualitativos não oferecem suporte para uma análise qualitativa da política pública. O estabelecimento de metas também se torna um entrave quando as probabilidades de sucesso são baixas e isso trará prejuízos políticos e administrativos. Em todo caso, estabelecer objetivos é extremamente importante para nortear a construção de alternativas e oferecer suporte para as fases seguintes da tomada de decisão, implementação e avaliação.

Tomada de decisão – na elaboração da política pública, a tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas. São apresentadas três formas de entender a dinâmica de escolha das alternativas de solução para os problemas públicos:

- No primeiro caso, os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções. Como o problema já foi estudado e os objetivos já foram definidos, busca-se escolher qual a alternativa mais apropriada, considerando o custo, a rapidez, a sustentabilidade, equidade ou outro critério.
- Os tomadores de decisões ajustam os problemas às soluções e as soluções aos problemas, uma vez que o surgimento do problema, o estabelecimento de objetivos e a busca de soluções acontecem simultaneamente, provocando comparações.
- Nesse caso, os tomadores de decisões têm soluções em mãos e vão em busca dos problemas.

Levando em consideração que os problemas nascem e só então as decisões são tomadas depois, há dois modelos de racionalidade:

- Modelo de racionalidade absoluta: nesse modelo proposto por Jan Tinberguen, a decisão é considerada puramente racional, em que os custos e benefícios das alternativas são calculados pelos atores políticos para encontrar a melhor solução possível.
- Modelo de racionalidade limitada: proposto por Herbert Simon, reconhece que os tomadores de decisão sofrem limitações cognitivas e informativas, e que os atores não conseguem entender a complexidade com que estão lidando. Neste modelo, a tomada de decisão torna-se um esforço para escolher opções satisfatórias, mas não necessariamente ótimas.

Em contraste com os modelos racionais de tomadas de decisões, há outros modelos:

- Modelo incremental: elaborado por Charles E. Lindblom, inspirado na forma mais corriqueira de tomada de decisões, o incrementalismo. Este modelo se afasta do racionalismo ao acreditar que em situações de alta complexidade, a exemplo da elaboração das políticas públicas, o elemento político é mais levado em consideração do que o elemento técnico. Comporta três características principais:
 1. Problemas e soluções são definidos, revisados e redefinidos simultaneamente e em vários momentos da tomada de decisão;

2. As decisões presentes são consideradas dependentes das decisões tomadas no passado e os limites impostos por instituições formais e informais são barreiras à tomada de decisões livre por parte do *polycemaker*.
3. As decisões são consideradas dependentes dos interesses dos atores envolvidos no processo de elaboração da política pública, e muitas vezes a solução escolhida não é a melhor, mas a que foi politicamente lapidada em um processo de construção de consensos e de ajuste mútuo de interesses.

Uma terceira forma de entender a tomada de decisão é aquela em que os tomadores de decisão criam antes as soluções para depois correrem atrás dos problemas para solucionar:

- Modelo dos fluxos múltiplos: John Kingdon (1984 apud SECCHI, 2011) aperfeiçoou esse modelo, sob o argumento de que o nascimento de uma política pública ocorre na confluência de problemas, soluções e condições políticas favoráveis.

Implementação da política – sucede a tomada de decisão e precede a avaliação. Nesta fase, são produzidos os resultados concretos. Segundo Sebatier (1986 apud SECCHI, 2011), existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas:

Modelo *top-down*: (de cima para baixo) é caracterizado pela superação clara entre a tomada de decisão e o de implementação, em fases consecutivas.

Modelo *bottom-up*: (de baixo para cima) é caracterizado pela maior liberdade de burocratas e rede de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Neste modelo, é reconhecida a limitação da decisão tecnológica. Os implementadores têm maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação. A implementação é avaliada pelos resultados alcançados *a posteriori*, em vez da avaliação baseada na obediência cega a prescrições.

Avaliação – Secchi (2011) define a avaliação, como sendo:

A fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento chave para a produção de *feedback* sobre as fases antecedentes. (SECCHI, 2011.p.49)

Para se proceder à avaliação, é preciso que se estabeleça a definição de alguns critérios de indicadores de padrão (*performances standards*). Para Secch, os critérios são mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos e se fundamentam em entendimentos valorativos da realidade. Os critérios conferem parâmetros para julgar o funcionamento de uma política pública. Os principais critérios utilizados para avaliar são:

- Economicidade – refere-se ao nível de utilização de recursos (*inputs*);
- Eficiência econômica – se ocupa da relação entre recursos utilizados (*inputs*) e produtividade (*outputs*);
- Eficiência administrativa – versa sobre o segmento de prescrições, que vai do nível de conformação da execução a métodos preestabelecidos;
- Eficácia – considera o nível de alcance das metas ou objetivos preestabelecidos;
- Equidade – leva em consideração a homogeneidade de distribuição dos benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

Subiratis (1989 apud SECCHI, 2011) classifica as avaliações, usando como parâmetro as suas conotações jurídica ou legal, conotação técnica ou gerencial, ou conotação política.

- Conotação jurídica ou judicial – quando focaliza aspectos jurídicos e busca verificar se princípios como o da legalidade e eficiência administrativa foram atingidos, como também os direitos básicos dos destinatários.
- Conotação técnica ou gerencial – neste caso, o foco está no nível da consecução de metas, levando em consideração o princípio da eficácia, bem como a menor utilização dos recursos, como o princípio da economicidade e eficiência econômica da política implementada.

- Conotação política – vai focar aspectos da percepção dos destinatários da política pública, assim como a legitimidade do processo de elaboração da política pública, a participação dos atores nas diversas etapas de construção e implementação de uma política pública, assim como os impactos gerados no microambiente.

Secchi (2011) destaca que os critérios são operacionalizados por meio de indicadores que são “artifícios (*proxies*) que podem ser criados para medir *input*, *output*, e *outcome*.”

- Os indicadores *input* (entradas de sistema) estão ligados a gastos financeiros, recursos humanos empregados ou recursos materiais.
- Os indicadores de *output* (saídas de sistema) correspondem à produtividade de produtos e serviços, a exemplo de quantidade de buracos nas estradas, quantidade de lixo coletado, quilômetros de estradas concluídas, número de pacientes atendidos no posto de saúde.
- Os indicadores de *outcome* (resultados) são relacionados ao efeito da política pública sobre os *policymakers* e à capacidade de solução ou melhoria do problema para a qual foi elaborada. Esses indicadores são operacionalizados, através de médias ou percentuais de satisfação dos usuários/cidadãos, qualidade dos serviços prestados, acessibilidade das políticas públicas, número de reclamações destinadas, cumprimento das diretrizes pelos agentes, receitas geradas.

Os padrões oferecem possibilidades de comparação, sendo os principais tipos, os padrões absolutos, os históricos e os normativos:

- Padrões absolutos – metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas anteriormente à implementação da política pública;
- Padrões históricos – descrições ou valores já atingidos no passado e utilizados para comparação periódica. Geram informações sobre declínio ou melhora da política pública.
- Padrões normativos – metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um benchmark ou standard real.

Com a avaliação, ampliam-se a sensibilidade e a percepção sobre as políticas públicas, como também criam-se referências que vão permitir a realização de comparações espaciais e temporais do problema e da política pública. Com base na avaliação, os atores políticos podem tomar decisões a respeito do destino das políticas públicas, optando por:

- Manter a política pública como está, quando as adversidades de implementação são consideradas pequenas.
- Realizar uma reestruturação marginal dos aspectos práticos da política pública, quando as adversidades de implementação existem, mas não são suficientemente graves para comprometer a política pública.
- Extinção da política pública, quando o problema público foi resolvido ou quando os problemas de implementação são insuperáveis ou quando a política pública se torna inútil pelo natural esvaziamento do problema.

Extinção da política pública – as políticas públicas são extintas depois de certo período. Giuliani (2005 apud SECCHI, 2011) apresenta três prováveis causas para a extinção da política pública:

- O problema que a originou é percebido como resolvido;
- Os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes;
- O problema, embora resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas e políticas públicas formais. Sendo esta, na opinião de Meny e Thoenig (1991 apud SECCHI, 2011), a causa mais comum.

A seguir, adentramos o tema das políticas de Economia Solidária.

3.8 As Políticas de Economia Solidária no Brasil

Em um país de dimensões continentais como é o caso do Brasil, com uma impressionante diversidade cultural e territorial, as realidades vivenciadas em cada região específica apresentam particularidades que são muitas vezes paradoxais e incompatíveis. Abarcar essa realidade é um trabalho árduo e contínuo que demanda tempo e um esforço especialmente direcionado para cada caso.

No Brasil, verificou-se que algumas primeiras experiências práticas já vinham sendo implementadas por trabalhadores e organizações sociais desde a década de 1970. Na década seguinte, novas formas de promover as políticas públicas foram implementadas em virtude das profundas mudanças políticas ocorridas ao longo da década, com o processo de redemocratização e reimplantação das eleições diretas que contribuíram decisivamente para a transformação institucional pela qual passa o sistema protecional. A constituição promulgada em 1988 previu uma forma de organização que priorizava a descentralização fiscal (ARRETCHE, 2003; SOUZA, 2006).

E aí é importante destacar como as políticas públicas relacionadas às áreas de saúde, assistência social, habitação, saneamento e educação fundamental, a partir de então passaram a ser implantadas, através da ótica da descentralização que, aos poucos, transferiu um conjunto significativo de atribuições de gestão aos estados e municípios, cuja gestão de políticas públicas se dá de três formas distintas, a saber: por iniciativa própria, adesão a um programa proposto por outro nível, mais amplo, de governo, por imposição constitucional (ARRETCHE, 2003; NAGEM; SILVA, 2011).

As discussões voltadas para as políticas públicas, em especial a Economia Solidária, emergem no Brasil na década de 1990, paralelamente à crise econômica que se vivenciava nessa época. Com isso se discutia novas formas de reconfiguração dos papéis atribuídos ao Governo e à sociedade. (NAGEM; SILVA, 2011).

É nessa época que a discussão ganha força e passa a permear os espaços acadêmicos, bem como ambientes de discussão e troca de experiências, como Fóruns e Redes. As formas de organização econômicas que tomam por base o trabalho coletivo e a autogestão conquistam espaço na agenda governamental, através da criação de políticas públicas, a partir da metade da década. Com a reforma pela qual passa o Estado nesse período, a descentralização ocorre também, envolvendo as parcerias e contatos de gestão, sob diversas formas, nas quais entidades privadas sem fins lucrativos passam a gerir recursos oriundos dos órgãos governamentais. (NAGEM; SILVA, 2011).

Na década de 1990, intensificou-se no Brasil e na América Latina em consequência da ampliação da política neoliberal, tendência que é tardiamente implementada no Brasil, em que a atuação do Governo passa a ser através da política do chamado estado mínimo, cuja intervenção estatal se dá apenas na atuação regulatória

dos mercados, responsáveis por deter os fatores produtivos. Em consequência disso, observou-se um considerável aumento da população desempregada, cuja mão de obra não consegue ser absorvida pelo mercado de trabalho. (NAGEM; SILVA, 2011).

Com a realidade do desemprego e as consequentes dificuldades geradas, são colocadas em evidência as discussões em torno da velha temática do desenvolvimentismo, agora com destaque para a questão do trabalho colocada em pauta no Brasil. Ao Estado, nesse momento, cabia exclusivamente planejar e executar ações para transformar o ambiente de desemprego em uma situação de inserção. (NAGEM; SILVA, 2011).

Até então, o desenvolvimento de políticas públicas compreendia quase que exclusivamente a geração de emprego, obedecendo à lógica do assalariamento e das relações clássicas de emprego e renda. Nesse contexto, a maior preocupação era oferecer capacitação técnica, enquanto principal eixo de atuação do Governo, por se compreender que o desemprego era resultado, principalmente, da ausência de qualificação profissional. Em meio a esse cenário, Nagem e Silva (2011) destacam o surgimento da Economia Solidária no contexto das políticas públicas dentro dos programas existentes de emprego e renda.

3.9 A institucionalização da Economia Solidária

A organização política da Economia Solidária teve início a partir do I Fórum Social Mundial (FSM), acontecido em 2001, na cidade de Porto Alegre. Durante o evento, ocorreram inúmeras oficinas, cursos e debates mediados por diversas redes de segmentos de Economia Solidária, ocasião em que fundam o Grupo de Trabalho de Economia Solidária (Gt-Brasileiro). Em 2002, o mesmo evento sedia a oficina: Economia Popular e Solidária e Autogestão. (NUNES, 2009)

O sucesso da oficina de Economia Solidária oferecida no FSM de 2002 foi tamanho que ao final do ano, a cidade de São Paulo sediou a I Plenária Nacional de Economia Solidária. Este foi um momento de articulação entre sindicatos, universidades, movimentos sociais, grupos produtivos solidários, igrejas, dentre outros, que tinham por objetivo incluir a Economia Solidária no programa de Governo do vencedor das eleições presidenciais, Luís Inácio Lula da Silva. (NUNES, 2009)

Ainda durante a I Plenária, foi aprovada a Carta ao Governo Lula, primeiro documento público do movimento da Economia Solidária ao Presidente em exercício. Na II Plenária que aconteceu em 2003, durante o III Fórum Social Mundial, o movimento da Economia Solidária reuniu cerca de 800 delegados advindos de todos os Estados do país. (NUNES,2009)

Em meados de 2003, aconteceu em Brasília a III Plenária da Economia Solidária, momento de criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) da Carta de princípios e plataforma de lutas do movimento. Na confluência da institucionalização do movimento, foi fundada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego, sob a direção do professor Paul Singer, que foi indicado pelo movimento. (NUNES, 2009)

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e os fóruns estaduais (FEES) são espaços informais, que permitem a conexão de experiências dos grupos produtivos solidários, sociedades civis, dos gestores públicos, entidades de assessoria, para a construção e produção de intercâmbios, sistematização do conhecimento, atuação política e criação de agendas comuns. É um espaço de conexão entre os agentes envolvidos no movimento para influenciar a ação pública destinada à Economia Solidária (NUNES, 2009).

Outro fator importante para o processo de institucionalização da Economia Solidária foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. O evento de constituição da Secretaria de Economia Solidária do Governo Federal é um fato marcante para a trajetória do movimento, pois corresponde ao reconhecimento de suas ações pelo Estado. Para essa ocasião ocorrer, a arquitetura do cenário político no país foi fundamental para a fundação da Senaes.

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do Presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação (SINGER, 2004, p.15).

Assim, a Secretaria Nacional de Economia Solidária é uma instância representativa da economia solidária pelo Estado no âmbito nacional.

Por fim, a SENAES tem como finalidade viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. (SENAES/MTE, 2004)

Já a Rede de Gestores é uma articulação empreendida entre os gestores de Políticas de Economia Solidária das instâncias: Federal, Estadual e Municipal. Seu objetivo é criar um espaço de troca de saberes, experiências e sistematização de Políticas de Economia Solidária desenvolvidas por todo o país. (PRAXEDES, 2009).

Durante o Encontro Nacional de Administração Pública e Políticas de Economia Popular e Solidária, ocorrido em 2004, na cidade de Porto Alegre, inúmeros gestores da temática se reuniram com o objetivo de aprovar um documento, incentivando a sensibilização de novos integrantes para a rede. No final desse ano, ocorreu uma reunião em Brasília, momento em que foi fundada a rede que é um Fórum Nacional. Não ocasião, foi aprovada a “Carta da Rede de Gestores,” documento que institui objetivos, critérios e procedimentos para se associar à rede. (PRAXEDES, 2009)

A Rede vem possibilitando a realização de reflexões e debates com vistas a definir como deve ser uma Política de Economia Solidária, viabilizando orientações para os gestores públicos que atuam no campo da Economia Solidária. Para isso ocorrer, realizou, em 2004, um ciclo de debates intitulado Cidade, Desenvolvimento e Economia Solidária, que culminou com a criação dos objetivos, desafios, critérios de participação e forma de funcionamento da Rede. (PRAXEDES, 2009)

De acordo com a Rede, “suas discussões e decisões são em plenárias dos membros e encaminhadas pela coordenação, composta por representantes regionais e um (a) coordenador (a) geral. A coordenação tem também a atribuição de fazer a animação e a divulgação, e buscar o envolvimento de novos gestores e gestoras na Rede. (PRAXEDES, 2009)

O (a) coordenador (a) é responsável pela manutenção de uma Secretaria Executiva, cujas atribuições são: animar e manter a comunicação, organizar os eventos da rede, fazer a memória, monitorar a execução das ações previstas e representá-la junto a outras entidades ou organizações em colaboração com a coordenação. Em determinadas situações, também se vale de grupos de trabalho ou grupos temáticos para tratar com maior profundidade de alguns assuntos. (PRAXEDES, 2009)

Sobretudo, a criação da rede de gestores, da Secretaria de Economia Solidária do Governo, dentre outras ações, é importantíssima para a consolidação de uma política de trabalho e renda voltada para o associativismo e o cooperativismo, que reacendam a discussão sobre a reinvenção solidária do Estado. (PRAXEDES, 2009)

Por ora, no próximo capítulo, adentramos o estudo de caso da Política de Economia Solidária da cidade do Recife-PE. Destacamos o surgimento, a agenda, seu desenvolvimento e suas peculiaridades.

4 Capítulo

4.1 O Recife e o apoio à Economia Solidária: estudo de caso

O Recife

Este capítulo visa estudar a Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, tendo como finalidade analisar a Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, desde a sua formação em 200 até 2012. Especificamente analisar os resultados obtidos nos grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro. Para isso faremos, inicialmente, um resgate histórico da cidade do Recife.

Os aspectos históricos da fundação da cidade do Recife estão intimamente relacionados ao início da colonização portuguesa no Brasil, em especial à concessão de Dom João III, através da carta de doação, assinada em 10 de março de 1534, quando a Capitania de Pernambuco é entregue aos cuidados do donatário Duarte Coelho (REZENDE, 2002). Desde os primórdios da sua fundação, o Recife se destacou pelo seu cosmopolitismo.

A cidade foi marcada pela convivência dos mais variados tipos humanos, desde os brancos portugueses, passando pelos índios, mestiços e negros africanos. Essa integração proporcionou uma substantiva troca econômica de informações e hábitos, pela sua potencialidade mercantil. Prova disso é que desde o século XVI, o Recife já abrigava o mais importante e movimentado porto do mundo português. (REZENDE, 2002)

Os holandeses ocuparam o território pernambucano entre 1630-1654, conseguindo um importante crescimento econômico e comercial, bem como um considerável desenvolvimento cultural, através da vinda de uma comissão formada por profissionais de diversas áreas, como médicos, arquitetos, pintores e desenhistas, responsáveis por uma significativa contribuição para o processo de urbanização do Recife da época de Maurício de Nassau. (REZENDE, 2002)

Sob o domínio holandês, o Recife conheceu um próspero e significativo momento. Os aspectos da sociedade comercial, cosmopolita e de orientação religiosa protestante contrastam fortemente com a sociedade portuguesa patriarcal, agrária e escravocrata, hierarquizada e orientada sob a égide do catolicismo. A violência e a escravidão se fizeram presentes desde os primórdios da colonização europeia, sustentada sob a base da violência, aspectos que contribuíram para firmar os fundamentos de uma sociedade fortemente patriarcal e hierarquizada. (REZENDE, 2002)

A cidade do Recife vive uma época de dificuldades quando do fim do domínio holandês e, conseqüentemente, da administração de Maurício de Nassau. Junto com os holandeses, que foram expulsos pelos portugueses, foram embora também os ricos comerciantes. Em seguida, instala-se uma disputa de interesses entre a aristocracia olindense e a burguesia comercial do Recife, a qual vai resultar na chamada Guerra dos Mascates. Mascates é como era pejorativamente conhecida a população burguesa do Recife. A sangrenta disputa não foi capaz de limitar o crescimento comercial e territorial da cidade. (REZENDE, 2002)

Enquanto os ideários de liberdade da Europa inspiravam os movimentos no início do século XIX, as elites brasileiras não tocavam em temas, como abolição da escravidão e, ao mesmo tempo, não contavam com a participação das massas para limitar a consciência da população sobre questões importantes que certamente colocariam em risco os privilégios da elite. Dessa forma, o Recife era uma cidade que absorvia as novidades, mas mantinha um controle sobre a realidade, através dos ideais reacionários da sua elite. (REZENDE, 2002)

É no Recife que borbulha uma vida urbana intensa e pulsante que não se submete ao poder central da corte. Desse modo, uma sociedade inquieta é responsável pela deflagração de vários movimentos em favor da independência do Brasil, a exemplo

da Insurreição Pernambucana, da Confederação do Equador e a Revolução Praieira. (REZENDE, 2002)

Embora o Governo Português conseguisse sufocar esses movimentos, o sentimento de liberdade ressurgia em seguida. A polarização do poder ocorria entre as diversas forças, monarquistas e republicanos, escravocratas e abolicionistas, como destaca Rezende (2002 apud CUSTÓDIO, 2012). Todos estes movimentos estavam ligados à ordem e ao desejo de transformação em vigor no mundo ocidental, como a conquista de direitos sociais, abolicionistas, bem assim como a disputa do controle do poder local. As ideias liberais vindas do continente europeu, assim como as ideias dos holandeses ainda presentes em outros aspectos, como a literatura. Por outro lado, as influências do capitalismo liberal traziam o desejo de liberdade política, ao mesmo tempo em que contribuía para alargar as desigualdades econômicas. (REZENDE, 2002)

O crescimento populacional acontece de maneira acelerada, de acordo com Custódio, passando de 110 mil habitantes em 1900 para 239 mil em 1920. Desse modo, havia a necessidade de se realizar melhorias das condições de vida, o que motivou as reformas urbanas comuns às cidades brasileiras na primeira metade do século XX, cujas palavras de ordem eram “urbanizar, civilizar, modernizar” (REZENDE, 2002 apud CUSTÓDIO, 2012).

É importante destacar que os benefícios dessa reforma se aplicavam apenas às elites, uma vez que a população pobre era constantemente deslocada para os lugares mais inóspitos. Essa dinâmica cria uma situação paradoxal e de constante negociação entre o moderno e o antigo, que se refletem também na disputa ideológica, opondo, de um lado, uma massa intelectual e liberal a uma elite conservadora ainda presa ao cultivo da terra, em especial à cultura canavieira. (REZENDE, 2002)

A cidade continua crescendo à medida que recebe as populações vindas do interior, o que gerou um alto índice de população socialmente excluída, agravado com o aumento galopante do contingente durante a década de 1940 e a seguinte. Como golpe militar, o discurso modernizador continua em pauta, agravando o quadro social com as políticas pautadas na concentração de renda. Com a redemocratização do país, ressurgem os movimentos sociais e culturais, incluindo a luta social no cotidiano da população do Recife. (REZENDE, 2002)

4.2 O Bairro de Santo Amaro

Reduto holandês, o bairro de Santo Amaro, no Recife, tem sua origem datada em 1681, quando foi erguida uma capela em homenagem a Santo Amaro das Salinas. Localizado a 2 km do marco zero, zona norte, rodeado pelo bairro do Recife, Campo Grande, Torreão, Espinheiro e Olinda. (CUSTÓDIO, 2012)

Santo Amaro é cortado por avenidas, como Agamenon Magalhães e Cruz Cabugá. A construção do hospital Santo Amaro, do Cemitério local e a instalação de fábricas, juntamente com a expansão demográfica na região no século XIX, fizeram surgir as Vilas Operária e Naval e a das Lavadeiras. (CUSTÓDIO, 2012)

No território do bairro, encontram-se pontos de destaque, como o Cemitério dos Ingleses (1814), mais antigo da cidade, onde foi sepultado o general Abreu e Lima, além de hospitais e igrejas, “pontos que integram Zonas Especiais do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade do Recife (ZEPH), o que, por si, justificaria uma atenção especial do poder público. (CUSTÓDIO, 2012)

Outros pontos no bairro também merecem destaque, como o Mercado, inaugurado em 1933, a Universidade de Pernambuco (UPE), bem como muitas instalações administrativas públicas, empresas midiáticas, *Jornal do Commercio* e a Televisão Universitária, “O que poderia ser um interessante fator de desenvolvimento local”

O bairro apresenta uma área de 3,9 km² e, segundo a administração municipal, por meio do *Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife*, tem uma população de 29.140 pessoas e uma densidade demográfica de 7.395,9 hab/km². São mais de cinco mil domicílios instalados em áreas pobres ou Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), totalizando mais de 54% da população do bairro (CUSTÓDIO, 2012, p. 29).

Conforme destaca Custódio (2012, p.29), “A população demonstrou uma variação negativa no período de 1991 a 2000”, diferente das taxas da cidade, que obtiveram variação positiva. Sendo o crescimento do bairro de -0,36, com base nos dados do *Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife*, disposto no texto do autor em uma tabela, comprovando que “tanto a população masculina quanto a feminina foram menores em 2000 do que em 1991

Em seguida, um levantamento etário é proposto pelo autor, que, em relevo, observa não só a diminuição da população, mas também o envelhecimento dela, inquietando o leitor acerca dos motivos. A população adulta cresceu e, em decorrência, a jovem diminuiu. “Inúmeros podem ser os fatores explicativos do fenômeno, e talvez entre eles estejam as questões relacionadas à baixa qualidade de vida e aos altos indicadores de criminalidade. No entanto, seria no mínimo temerário estabelecer qualquer relação linear nesse sentido” (CUSTÓDIO, 2012, p.29)

Segundo apontou Custódio, o bairro de Santo Amaro é constituído pelas Zeis João de Barros, composta pela comunidade de mesma denominação; e a Zeis Santo Amaro, composta pelas comunidades Ilha Santa Terezinha, Santo Amaro (Sítio do Céu e Vila dos Pescadores) e Rua Beco dos Casados. Apresentados os dados, o Governo municipal e estadual têm investido ações no bairro, surgindo, assim, o Projeto Urbal – Políticas Locais de Prevenção da Violência, intensificando a discussão pública com os atores locais, através de redes e associações, “promovendo o desenvolvimento local sustentável e emancipatório, por meio da promoção da qualidade de vida local” (CUSTÓDIO, 2011, p.29).

4.3 A agenda da política de Economia Solidária do Recife

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, através da vitória nas eleições municipais do Recife, em 2001, inaugura um momento histórico na trajetória das políticas de trabalho e renda no município. Inaugura na cidade a possibilidade de incorporar às políticas públicas o apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária (MEDEIROS; GERVAES, 2006).

A partir deste marco na mudança da política com foco para promoção de demandas dos movimentos populares, foi criada, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) da Prefeitura, uma Diretoria de Economia Solidária. O segundo momento consistiu em chamar e envolver a sociedade civil e os movimentos sociais neste processo de fundação da Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, como forma de partilhar experiências e contribuir com a formação desta ação governamental. (MEDEIROS; GERVAES, 2006).

Durante este processo, a tática utilizada na secretaria foi de ouvir e conversar a sociedade civil, movimentos sociais, ONGs, igrejas, entidades de fomento, sindicatos, associações, cooperativas, universidades, dentre outros e fomentar espaços de diálogo sobre o tema com estas organizações. O intuito era estabelecer articulações entre o Estado e a população, como forma de congregar sinergia entre ambos, dentro de um amplo processo democrático. (MEDEIROS; GERVAES, 2006)

4.4 A formulação e implementação da Política de Economia Solidária

Para compor as estratégias de promoção à Economia Solidária, o associativismo foi o grande princípio adotado pela Prefeitura, pois é uma marca registrada das experiências solidárias.

Outra característica desta política municipal é a utilização da nomenclatura economia popular solidária para citar as formas populares de organização socioeconômica do tecido social. De acordo com Medeiros; Gervaes (2006),

É por isso que utilizamos a nomenclatura de economia popular e solidária ao invés de apenas Economia Solidária, pois a política pública em organização deve ainda considerar a construção histórica dos movimentos populares como sujeitos protagonistas de sua ação. (MEDEIROS; GERVAES, 2006, p. 157)

Outro fator importante a ser destacado na construção desta política diz respeito ao campo das prioridades. Ela foi proporcionada a certos segmentos sociais, tendo como base primazias estabelecidas a partir de diagnóstico da realidade local e dos setores mais necessitados dos contextos populares. Assim, as prioridades estabelecidas foram as seguintes:

Os catadores e os pescadores artesanais, em função de sua importância ambiental e sua grande vulnerabilidade social. Os proprietários de pequenos restaurantes populares e produtores de alimentos populares em geral, pelo número de pessoas que atuam nesta atividade e também em função de uma possível integração com a construção da política pública de segurança alimentar e de combate à fome. Os artesãos da costura e do setor têxtil, em função da forte presença das mulheres neste segmento (MEDEIROS; GERVAES, 2006, p. 157).

Para tanto, a implementação desta política foi arquitetada, tendo como base

quatro linhas de atuação fundamentais: reforço e apoio às redes sociais de economia popular e solidária; reforço e apoio ao desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo; desenvolvimento do artesanato; e democratização do acesso ao crédito (MEDEIROS; GERVAES, 2006).

O reforço e apoio às redes sociais de Economia Solidária têm como orientação basilar o desenvolvimento do lugar, em que foi dada prioridade para o espaço local. Nesta perspectiva, o principal desafio desse eixo foi agregar estes espaços, visando colaborar com a edificação de novas relações sociais e de espaços públicos autônomos. Esta estratégia consiste na mudança de foco das políticas públicas do município, antes centradas no desenvolvimento comunitário, assistência aos pobres, para uma proposta de desenvolvimento territorial. (MEDEIROS; GERVAES, 2006).

Desta forma, as ações de desenvolvimento local aconteciam em diversos bairros da cidade, tipificados com Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). Elas constituem zonas urbanizadas do município dotadas de habitações consideradas precárias onde residem moradores de baixo poder aquisitivo. Estas áreas ainda estão tipificadas em subáreas de acordo com a região política administrativa (RPA). A Prefeitura do Recife, balizada através da Lei Orgânica de 1989, equacionou o município em seis RPA, em que podemos citar: RPA 1 corresponde ao centro da cidade, RPA 2, Norte; RPA 3, Noroeste; RPA 4, Oeste; RPA 5, Sudoeste; e RPA 6, Sul. (MEDEIROS; GERVAES, 2006).

Este eixo, com enfoque para as ações de desenvolvimento, visava colaborar para a emancipação econômica e política dos cidadãos, de forma a fomentar a organização de redes sociais internas desenvolvidas em comunidade, e externas, articuladas com outros bairros e organizações.

4.5 Os indicadores marco legal, financiamento da política e espaços públicos

No que diz respeito à democratização do acesso ao crédito, a Diretoria de Economia Solidária optou por criar formas alternativas de crédito. Neste escopo, fundou o Fundo Recife Solidário, que no espaço de dois anos recebeu, do Governo municipal, um milhão de reais. Deste total de recursos, 600 mil foram conveniados com a ONG Cred Cidadania, que tem cinco anos para devolver ao fundo os recursos. (MEDEIROS;

GERVAES, 2006).

A relação da gestão do fundo com a sociedade civil consta na Lei nº 16.732, de 27 de dezembro de 2001, que confere direitos a membros da sociedade civil e representantes dos poderes públicos no estabelecimento de regras de controle social dos recursos. (MEDEIROS; GERVAES, 2006).

Suas finalidades são: promover os microempreendimentos, formais e informais, as organizações econômicas de caráter coletivo e solidário e iniciativas, de geração de trabalho e renda, na perspectiva de inclusão social. (MEDEIROS; GERVAES, 2006).

Para tanto, a Política de Economia Solidária só possui marco legal do projeto Fundo Recife Sol, demandando um esforço de construção de leis que contemplem um conjunto maior de ações. Em outras palavras, o marco legal, através de leis que regulamentem as ações, ainda é defasado.

As leis e decretos de fomento aos grupos produtivos solidários parecem apontar para uma deficiência de leis que balizem as práticas jurídicas referentes às garantias estatais de acesso a recursos que beneficiem estes grupos solidários.

O problema da institucionalização de leis que incentivem a Economia Solidária no município é um fator que limita as ações neste campo, pois se observou que apesar do apoio da Prefeitura ao movimento, as demandas da Economia Solidária ainda não foram incluídas como questões prioritárias na Prefeitura.

Então, esta ausência de leis dificulta o desenvolvimento dos grupos produtivos, que carecem substancialmente de ações governamentais, reflexo da falta de um quadro institucional e de metodologias definitivas que sirvam de suporte e orientem a construção destas práticas na realidade.

É necessário considerar que as ações de Economia Solidária ainda não fazem parte de política de Estado. Mas, ainda são vistas como Políticas de governo residuais e paliativas, não gerando efetivamente ações em termos de leis significativas em que parece haver um experimentalismo corrente de tentativas, cujo resultado é um crescente desacreditar dos grupos na ação governamental para este campo.

A inclusão das políticas e leis, a exemplo do caso Recife, parece apontar para um quadro em que a ação governamental derroca todo o seu aparato em prol de políticas de trabalho e renda balizadas no trabalho assalariado. Neste caso, a organização da

sociedade civil, grupos produtivos e assessorias de fomento à Economia Solidária, ou seja, a participação social na busca por marcos regulatórios com a criação de políticas que reflitam avanços substanciais e qualitativos para os empreendimentos de Economia Solidária.

O tema do marco legal na Economia Solidária alude à sua institucionalização, sua inclusão no campo dos direitos, à constituição de sujeitos de direitos e de obrigações públicas, como luta histórica dos trabalhadores.

Esta situação está de acordo com o quadro para o que Schiochet (2011) chama atenção e que gira em torno do debate da institucionalização da Política de Economia Solidária.

Essas Políticas requerem a transformação de programas em projetos de Lei. Trocando em miúdos, a lei é indispensável, entretanto, ela por si só não resolve o problema da institucionalização. Para que ações governamentais efetivas sejam implantadas nessa área, as condições necessárias para o desenvolvimento desse campo devem ser implementadas de forma participativa e democrática. (SCHIOCHET, 2011, p. 445)

Assim, uma outra observação a ser destacada é que inexistente na Prefeitura do Recife uma Política Pública de Economia Solidária. O que existe são programas e projetos avulsos, ou seja, ações pontuais. Esta foi uma questão percebida através das conversas com os gestores de Economia Solidária da Prefeitura.

A diretoria de Economia Solidária passou por um período complicado. Há alguns anos muitas ações deixaram de existir por conta de que alguns gestores que assumiram a coordenadoria não acreditavam na Economia Solidária. Dessa forma, quase não tivemos ações e projetos nos últimos anos (GESTOR 1).

Neste âmbito, outro ponto que desafia o poder público é a reduzida quantidade de recursos econômicos e humanos disponíveis para a Diretoria de Economia Solidária. “Hoje existem somente um diretor, um gerente e um técnico. Só uma pessoa para trabalhar com os grupos” (GESTOR, 2),

No campo do financiamento, de investimento público aos empreendimentos, os recursos têm sido insignificantes para gerar ações sustentáveis para os grupos

produtivos solidários. “Atualmente, os gastos da Prefeitura, com o setor, dizem respeito às despesas referentes à folha de pagamento. Nos últimos anos, não temos tido investimentos de outra ordem” (GESTOR 2).

A falta de investimentos no que concerne a recursos financeiros e humanos fica clara nas duas falas anteriores. Mesmo assim, o caso é agravado quando a única opção de intervenção da Prefeitura para com os grupos produtivos solidários é promover o acesso à capacitação de cursos com enfoque para atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, tais como: alimentos, artesanato, confecção de roupas, manicure, culinária, dentre outros.

Neste caso, existem capacitações, mas são ações fragmentadas e sem continuidade, o que impossibilita os grupos de aperfeiçoarem suas atividades, pois para os membros dos grupos a única forma de ter acesso a cursos de capacitação é por meio das ações da Prefeitura, tendo em vista que a maioria não possui condições aquisitivas de custeá-los em instituições particulares. Segundo os entrevistados afirmam:

Tivemos acesso a capacitações que foram oferecidas pelo Departamento de Economia Solidária da Prefeitura há mais de cinco anos. Desta época para cá, não foram mais dados cursos e capacitações. O grupo está carente de cursos de bijuterias, atendimento, compra e venda (ENTREVISTADO 2).

O pessoal da Economia Solidária da Prefeitura também devia incentivar os jovens, dando cursos, como o de serralharia, culinária, dança para os grupos culturais (ENTREVISTADO 3).

Outro entrave desta política no campo das capacitações é o fator das condições disponibilizadas para os grupos após os cursos. Após seu término, não é realizado nenhum acompanhamento, não é efetivado apoio e investimento para que eles apliquem na aquisição de matérias-primas e artefatos para a criação de novos grupos e desenvolvimento dos já existentes. Como ressaltam os entrevistados 4 e 5:

A Diretoria de Economia Solidária, às vezes promove cursos, mas eles também têm que dar um montante para a pessoa começar a comprar os produtos para vender. Fica muito difícil só aprender e não ter dinheiro para começar a produzir e vender (ENTREVISTADO 4).

Eles poderiam nos dar apoio financeiro para comprar materiais e começar a produção (ENTREVISTADO 5).

As dificuldades de articulação da política de economia solidária corroboram com as inquietações de Schiochet (2011), quando assim se refere:

A Economia Solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos). Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária. Como incorporar a Economia Solidária na agenda do Estado brasileiro? Como traduzir as demandas e necessidades da Economia Solidária em direitos dos/as trabalhadores/as e em dever do Estado? Como garantir que as ações governamentais permaneçam para além dos processos eleitorais? (SCHIOCHET, 2011, p.449)

Em consonância com esta linha de pensamento, e em relação à ação pública para a Economia Solidária, as respostas para essas e outras perguntas suscitadas sobre o fenômeno analisado fomos buscar na interpretação de Marcosin (2008) sobre o assunto. O autor argumenta que a Política de Economia Solidária está em construção, por isso não possui elementos de concepção da política que estejam em sintonia com a prática (MARCOSIN, 2008, p. 254).

Esta afirmação diante das concepções sobre políticas públicas encontra respaldo, pois uma determinada política avança para a categoria de ação governamental construída, após dez anos de sua implementação. Entretanto, no caso da Política de Economia Solidária do Recife, não podemos nos referir como uma ação em construção, pois sua criação se deu em 2001.

Dando continuidade ao aspecto financiamento, mais especificamente, em relação à promoção de espaços públicos para comercialização dos produtos dos grupos produtivos solidários, a Prefeitura possui acordos com outras instituições, em que, algumas vezes por ano, os membros dos empreendimentos acompanhados expõem seus produtos nesses locais, geralmente, lugares públicos ou shoppings.

A Prefeitura trabalha incentivando os empreendimentos através das feiras. Durante o ano nós disponibilizamos espaços aqui e em outros locais, geralmente universidades, para que os empreendedores mostrem, divulguem e vendam seus produtos (GESTOR 1).

Os investimentos são destinados somente à capacitação e incentivo à comercialização em feiras populares. As ações no que concerne ao incentivo de produção e comercialização ainda são muito restritas às feiras, o que inviabiliza a comercialização em outros locais (GESTOR 3).

Vale salientar que estas feiras ocorrem de três a quatro vezes por ano. Desse modo, a Prefeitura não consegue efetivamente dispor de locais fixos para comercialização dos grupos. Assim, os incentivos traduzidos em espaços fixos e móveis, feiras e lojas são insuficientes para atender à demanda dos grupos.

A capacidade da Prefeitura de fomentar espaços de comercialização para os grupos produtivos solidários, ainda se configura em espaços bastante restritos a poucos grupos e poucos ambientes.

Em miúdos, a Prefeitura não dispõe de um centro público para comercialização dos artefatos produzidos pelos empreendimentos. Os espaços de comercialização disponíveis são as feirinhas. Em locais públicos, como a própria Prefeitura, elas acontecem de quatro a cinco vezes por ano. A grande maioria ocorre quando surge algum evento artístico ou data comemorativa na cidade, a exemplo da Fenearte, que é uma das maiores feiras de artesanato da América Latina ou o dia do Mascate, comemorado pela Prefeitura.

Sem ter para onde e para quem vender, alguns grupos conseguiram achar saída para esta situação, fazendo parcerias com universidades da cidade, em que os grupos comercializam uma vez por mês, e, em outros casos, uma vez por semana, levam, expõem e vendem seus produtos. Outros dependem totalmente de encomendas feitas pela própria comunidade.

Em especial, esta característica, a ausência de promoção de espaços públicos aos empreendimentos, engendra uma problemática maior. A questão colocada é que o movimento da Economia Solidária possui uma dificuldade de reconhecimento de suas práticas e representações sociais adversas e negativas dos trabalhadores, como precarizados, e que apenas fazem bico, com repercussão negativa, por criar uma imagem distorcida do movimento.

Então, a situação é que além da Prefeitura não propiciar condições de produção e comercialização, ela não incentiva a criação de uma Economia Solidária organizada, com grupos constituídos dentro da lei, organizados em nível do processo de produção e capacitados para desenvolver produtos, com maior valor de mercado.

Neste sentido, no âmbito que se refere ao indicador espaços públicos, a resposta dos entrevistados foi unânime no que diz respeito aos espaços disponíveis por essa política, para comercialização.

A Prefeitura dispõe para os grupos o espaço para comercialização de feiras. Em média, três ou quatro feiras de maior alcance na cidade. No resto do ano, a preocupação com arrumar locais para vender fica por conta nossa (ENTREVISTADO 6).

O grupo tem uma dificuldade grande para vender os produtos, porque se a gente for depender das feirinhas, a gente não consegue sobreviver o resto do ano (ENTREVISTADO 7).

A insustentabilidade das ações da Prefeitura, que dependem de editais, advindos, principalmente, do Governo Federal, da Senaes e de outros Ministérios, é um fator limitante e negativo. Este fato decorre da necessidade de angariar recursos de outras instâncias e instituições, criando uma relação de dependência extrema de editais, pois com exceção dos primeiros anos de fundação desta política, poucos ou inexistentes foram os recursos captados, através da Prefeitura do Recife. Deste modo, a transversalidade desta política, que poderia se constituir em opção de investimentos dos ministérios e secretarias federais, se configura em falácia para encobrir os baixos valores disponíveis para investimentos em capacitação, adquirir insumos, produção, comercialização, dentre outros.

Talvez esse seja mais um dos fatores que justifiquem a enorme rotatividade de membros dos grupos produtivos solidários. Conforme argumenta um dos entrevistados:

O pessoal da organização da Economia Solidária chega aqui com um projeto, curso. Daí inicia e em pouco tempo acaba. Alguns grupos são formados, outros tentam se organizar melhor, mas o projeto acaba e não consegue ir para frente. Muita gente se empolga, depois acontecem estas coisas e muitos grupos acabam (ENTREVISTADO 8).

Com efeito, a sustentabilidade das ações e dos grupos parece ser um desafio para a ação governamental destinada à Economia Solidária, pois conforme as gestões mudam, projetos são desmembrados e interrompidos; dados de ações de grupos e experiências são apagados. Estes fatores influenciam diretamente nos grupos que sofrem com estas discontinuidades. Conforme Gaiger (2003, p.47)) destaca: “a lentidão

burocrática do aparelho estatal, somada à descontinuidade das políticas implementadas e, principalmente, ao modo diferenciado de concebê-las, pelas sucessivas administrações, resulta em um baixo impacto sobre a Economia Solidária, sem produzir a necessária dinamização sistêmica”.

Esta é uma paisagem que não avança para compor qualquer outro movimento de superação desta situação, criando um quadro de insustentabilidade dos empreendimentos e de constante dependência de feiras esporádicas, em que quem compra os produtos solidários, geralmente os adquire pelo seu valor simbólico, que são artesanatos e gêneros alimentícios, com custo a partir de R\$1,00 a R\$15,00. Em outros casos, porque as feirinhas ganharam conotação caritativa, em que o público compra em solidariedade aos grupos.

O que queremos dizer é que se a Economia Solidária é uma política de trabalho e renda, por que não pensar em ações sustentáveis que causem impactos socioeconômicos positivos e não residuais, como é o caso da ação governamental acompanhada durante este estudo? Não se avança porque não se tem uma visão de política inserida no contexto do trabalho e renda, mas por- que esta política é percebida como ação caritativa, pequena e residual. De modo que, muitas ações públicas neste campo vêm legitimar as relações de trabalho precarizadas, informalizadas, prejudicando os grupos. Ou seja, o Estado não só possui um quadro reduzido de projetos nesta área, como os existentes trabalham para aumentar o fosso entre estes contextos populares.

No que diz respeito ao último indicador, financiamento, a ação governamental da Prefeitura do Recife não investe na construção de capacidades produtivas dos grupos, na edificação de espaços para comercialização, no escoamento da produção, que é uma demanda constante, na contrapartida de recursos para fundação de novos grupos e compra de insumos, e aluguel de sedes, para os grupos existentes.

No período de análise desta política, desde a fundação em 2001 até 2012, raros foram os períodos de intensas e efetivas ações governamentais neste campo. A exceção é para o período de fundação em 2001 até 2004, quando o trabalho de agenda e implementação das ações gerou contornos significativos para o período.

Assim, o quesito financiamento também deixa a desejar. Durante oito anos, os investimentos ficaram restritos às capacitações. Neste caso, balizados por estes

indicadores, podemos concluir que os resultados da política analisada para com os grupos produtivos solidários da cidade ainda não conseguem causar efeitos significativos como deveriam, pois os grupos continuam com inúmeras dificuldades, desde econômicas, de gestão, dentre outras, e por isso é grande a rotatividade dos grupos e membros da comunidade de Santo Amaro.

Todavia, uma luz parece emanar desta situação. Em relação às possibilidades de intervenção da Prefeitura, no segundo semestre de 2012, a Diretoria de Economia Solidária teve acesso ao edital da Senaes, para construção da incubadora de empreendimentos populares da cidade do Recife. No início de 2013, os primeiros passos para efetivação de sua criação foram dados. A equipe de técnicos, que vai atuar na incubadora, foi selecionada. Em seguida, teve início o processo de capacitação destes trabalhadores. Outro fator interessante é que também se estuda a possibilidade de viabilizar a criação de uma moeda social dentro do bairro de Santo Amaro, o AmaroCard.

Outrossim, os desafios desta política são inúmeros, pois se trata de ações que requerem uma articulação entre as dimensões, social, econômica, ambiental, entre outras. Talvez o maior desafio seja permitir ganhos socioeconômicos significativos, possibilitando a reprodução ampliada da vida dos membros dos grupos.

Assim, a ação governamental da Prefeitura do Recife no campo da Economia Solidária não induz a novos modos de ação pública, mas caminha de acordo com as convicções e noções arcaicas permeadas pela noção de caridade e assistencialismo, que ainda servem de base para justificar a ação do Estado nos contextos populares.

Este é um campo de desafios infinitos, e temos consciência de que se trata de processos que são construídos durante décadas, para esboçar finalmente resultados significativos. Falamos da relação Estado-Sociedade que remete a uma reinvenção solidária e participativa do Estado, dissecando toda a relação clientelista e coronelista.

Contudo, apesar de todas essas dificuldades, emerge um novo cenário de possibilidade de reconfiguração das ações e projetos da Diretoria de Economia Solidária da Prefeitura do Recife. Trata-se de um edital conseguido através da Senaes. O valor do edital foi de um milhão e trezentos mil reais mais a contrapartida de uma emenda Constitucional da deputada federal Luciana Santos, no valor de quinhentos mil reais, e o

incentivo de duzentos mil, da Prefeitura do Recife. As verbas concedidas através do edital da emenda parlamentar e da Prefeitura são para a criação da incubadora de empreendimentos econômicos solidários do município. Conforme menciona o entrevistado: “Conseguimos ganhar esse edital e, na nossa gestão, estamos trabalhando para retomar as atividades da Coordenadoria de Economia Solidária” (GESTOR 3).

Por fim, no campo dos desafios, este parece ser um imperativo para a ação pública e Economia Solidária desenvolvida na Prefeitura do Recife, conseguir induzir e promover ações que garantam a reprodução ampliada da vida dos membros dos grupos produtivos solidários. Além disso, uma característica específica excede o nível de explicação para organização destes grupos, a socialização e a dádiva. Como também observa Alicia Gonçalves, em pesquisa realizada no litoral sul da Paraíba, sobre a dádiva e a Economia Solidária.

A Economia Solidária procura valorização do ser humano e não do lucro e sua finalidade é a reprodução ampliada da vida. No entanto, é preciso que haja meios a partir dos quais essa forma de produção, consumo e distribuição de economia aconteça. A Economia Solidária é exemplo desse enraizamento econômico e social, em que temos uma inferência da Dádiva e também o processo de Reciprocidade e Redistribuição, de maneira que não deve haver exploração pelo lucro, mas antes de tudo o bem-estar social (GONÇALVES; SILVA, 2008, p.10).

Esta é uma constatação crescente de que em alguns empreendimentos, existem a lógica de coordenação da ação e interesses sistêmicos da reprodução ampliada do capital. Em outras experiências, porém, os autores identificaram laços profundos de solidariedade e uma intensa compreensão do sentido da Economia Solidária e de seu papel no desenvolvimento local, na geração de renda, na melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres e na gestação de novas formas de sociabilidade fundadas em valores solidários e em uma nova ética (GONÇALVES; SILVA, 2008).

Este caráter confere, então, à ação pública em Economia Solidária a dupla responsabilidade de intervir no campo do trabalho e renda e consequentemente causar impactos no âmbito social destes contextos populares, pois se trata de uma política de trabalho e renda, com vistas à inclusão social. Por se voltar para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a Economia Solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do Governo e do

Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade. É necessário, portanto, que esteja presente no cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas (PRAXEDES, 2009).

No próximo tópico, ensejamos mais detalhadamente as características socioeconômicas dos grupos produtivos solidários estudados.

4.6 Caracterização socioeconômica dos grupos produtivos solidários

Os dados abaixo se referem à pesquisa de campo realizada com três grupos produtivos da comunidade, são eles: Flor do Amanhecer, Grupo Associação dos Artesãos de Pernambuco, Grupos Associados de Produção Artesanal, totalizando um percentual de nove entrevistas semiestruturadas, que foram aplicadas aleatoriamente com os membros, tendo como base a pesquisa com um líder e dois membros de cada grupo. Os questionários têm como objetivo levantar o perfil socioeconômico dos cooperados.

Os dados coletados indicam certo equilíbrio entre os membros dos grupos que têm entre 27 e 40 anos e entre 41 e 50 anos, na faixa de 20%, demonstrando predominância para a faixa dos membros com mais de 60 anos, totalizando 30%.

A pesquisa ainda identificou que 67% dos membros dos grupos são mulheres. De acordo com Costa (2007) “O trabalho na economia solidária representa uma das formas de ocupação para muitas mulheres em condição de pobreza. São iniciativas que, na maioria das vezes, são fomentadas ou incentivadas por organizações da sociedade civil ou poder público”. (COSTA, 2007, 63)

Outra característica que pode explicar este fenômeno é a tradicional divisão social do trabalho, pelo fato de as mulheres que trabalham nos grupos terem maior liberdade em questão de horário de trabalho ou até mesmo de realizarem a produção em sua residência, o que possibilita cuidar mais diretamente de filhos, maridos e casa.

No item escolaridade, a maioria dos membros dos grupos produtivos, o que corresponde a 65% dos entrevistados, ou possui o ensino fundamental ou o médio incompleto, demonstrando que a maioria dos membros possui baixa escolaridade. Essa situação corrobora com a paisagem encontrada por Costa (2007) em sua pesquisa de mestrado, onde percebeu a baixa escolaridade dos membros das cooperativas estudadas em sua análise.

No item renda, cerca de 45% dos entrevistados não possuem um valor fixo mensal. Este fato decorre de que a maioria dos grupos não possui registros de entrada e saída de produtos, compra de insumos, ou seja, inexistem um serviço de contabilidade que verifique o que foi ganho com a comercialização dos produtos, o que foi investido na compra de insumos, e outras despesas, como transporte de mercadorias, tributos, aluguéis de espaços para comercialização, entre outros.

Outro fator é de que alguns dos grupos não possuem uma clientela fixa, dependendo necessariamente das encomendas que chegam naquele mês. Por exemplo, o grupo das costureiras que depende dos pedidos realizados para confeccionar as roupas solicitadas. Fator observado também nos grupos culturais que não têm uma frequência exata de apresentações e dependem de ciclos festivos, como São João, Carnaval ou Dia das Mães, para realizar suas apresentações que dependem 99% de convites e contratos ocasionais com os poderes públicos.

Cerca de 30% dos entrevistados possuem renda de até R\$150,00. Esta característica evidencia que grande percentual dos membros dos grupos ainda não consegue alcançar a renda referente ao valor do salário-mínimo para sobreviver. Esta característica talvez aponte a resposta para uma Economia Solidária ainda fundada na subsistência, e por isso percebida como residual. Este dado, além de tudo, é significativo, pois aponta para a importância das Políticas Públicas de Economia Solidária como potencial de inclusão de milhares de pessoas nos contextos populares.

Dados referentes à condição de trabalho dos familiares mostraram que 40% dos entrevistados possuem na família parentes trabalhando no comércio formal, com carteira assinada. E 60% possuem parentes que trabalham por conta própria, em feiras, ambulantes, informais, bairro, dentre outros. Este fator indica que a ação pública para a Economia Solidária deve beneficiar especialmente um grande contingente de desempregados.

Os entrevistados apontaram as principais motivações para estarem organizados em grupos. Para a grande maioria, o fator geração de renda foi o principal motivo, pagar as contas, sustentar filhos e casa, dentre outros. Cerca de 15% apontaram o fator inclusão social, saída das drogas, alcoolismo, alternativa de inserção de idosos em atividades que gerem renda extra. No mais, 10% citaram a opção de reunir o grupo, conversar, espairecer, enquanto trabalha. E 15% alegaram que o auxílio advindo do grupo ajuda a superar as adversidades, a falta de apoio familiar, e os jovens a sair da prostituição e drogas, dentre outros.

Por fim, no tópico que segue apresentamos as conclusões da pesquisa.

5 CONCLUSÕES

Neste espaço de conclusão das incursões realizadas sobre a Política de Economia Solidária, busca-se retomar o objetivo principal da pesquisa: analisar a Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, desde sua formação em 2000 até 2012. Especificamente objetiva analisar os resultados obtidos nos grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro. Bem como responder à pergunta da pesquisa, sobre se a ação governamental no campo da Economia Solidária induz a novos modos de ação pública.

Uma das principais demandas e desafio atual da esfera pública governamental tem sido responder ao surgimento de uma outra economia que tem garantido a reprodução da vida de uma parcela crescente da população, denominada economia solidária que pela composição social depende da ação articulada e integrada de políticas públicas.

Diante deste processo de conquista de espaço na agenda pública, as discussões acerca da temática já são razão para falarmos em um salto crescente de iniciativas válidas. Estas iniciativas requerem constante reciclagem e debates sobre suas intervenções.

Sobretudo, se tratam de ações bem quistas que se encontram em seus primeiros passos. E o debate se torna indispensável para a construção e amadurecimento de ações que gerem impactos satisfatórios sobre a vida das populações assistidas, dentro do escopo das ações governamentais de promoção da economia solidária e o desenvolvimento local.

Para finalizar, nossa intenção não foi de levar a cabo uma crítica sobre a política ou até mesmo à Prefeitura do Recife. Nosso intuito, como pesquisador da área, foi construir um conjunto de reflexões que dêem condições de pensarmos as possibilidades de existência dos grupos produtivos solidários e em que contextos estão sendo desenvolvidas políticas que se dizem emancipatórias.

A situação é ilustrativa para propormos aproximações para novas agendas de pesquisa e melhor conhecer as representações sociais destes grupos em relação ao quesito trabalho, às identidades sociais, o sentimento de pertencimento, novas formas de indução da Política de Economia Solidária, as características peculiares dos contextos populares na perspectiva da Economia Solidária nos territórios urbanos e rurais,

apropriação e uso de tecnologias de informação e comunicação pelos grupos, dentre outros.

Todas estas propostas são meios de aperfeiçoamento das iniciativas públicas neste campo, com a obrigação de não diminuir o seu sentido, mas considerá-las e as reconhecer, pois outra economia acontece e precisamos traduzir a sua riqueza, não limitando a reflexão ao que não deu certo, mas também pensando nas possibilidades de re-significação das políticas para o movimento social da Economia Solidária.

6 Referências

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), São Paulo, v. 18, n.51, p. 7-9, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e re-significação do trabalho no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI). *Indicadores de programas: guia metodológico*. Brasília: MP, 2010.

BERTUCCI, A. SILVA, R. M. 2003. *20 anos de economia popular solidária* trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília, Cáritas Brasileira.

BENINI, Edir. *Economia Solidária, estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas?* Disponível em:<www2.marília.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/.../327>. Acesso em: 2 de mai. 2013.

BORDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp; 2004.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. *Revista Katálisis*. v.11, n. 1, p. 116-122, jan-jun. 2008.

CASTELS, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CRUZ, Antonio. *Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária*. Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/nesic>>. Acesso em: 19 dez.2013.

CUNHA; SANTOS, Aline (2011). “Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos”. In: HESPANHA, P. & SANTOS, A. (org.), *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*, Coimbra, Almedina.

CUSTODIO, Rossier. *Qualidade de vida e violência no bairro de Santo Amaro*. 1ª Edição Recife-PE. Editora: Provisual, 2012.

DYE, T. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall. 1984.

FRANÇA FILHO, G. C. *Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação*. In: Civitas (Porto Alegre), v. 7, p. 155-174, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. *A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista*. 2002. Agência de desenvolvimento solidário. Disponível em: www.ads.org.br

----- (2006), “A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários”, *Revista Sociedade e Estado*. Disponível em: sies.ecosol.org.br/images/resultado/revista_critica.pdf. Acesso em: 6 de fev. de 2012.

GODOY, Arilda S. Pesquisa Qualitativa – Tipos Fundamentais. In: *Revista de Administração de Empresas*, V.35, n. 3 Mai/Junho, 1995. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol35-num3-1995/pesquisa-qualitativa-tipos-fundamentais>>. Acesso em: 2 de mar. 2013.

GONÇALVES, A. SILVA, M. A dívida na economia solidária. *Jornal do MAUSS Ibero-latinoamericano*. Disponível em: www.jornaldomauss.org/.../wp.../A-dádiva-na-economia-solidária1.pdf. Acesso em: 9 de nov. 2012.

ICAZA, A. M. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al (Orgs.). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 171-180.

JANNUZZI, P.M. Considerações sobre uso, abuso e mau uso de indicadores nas políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2002.

KRAYCHETE, G. CARVALHO, P. *Economia Popular solidária: indicadores para outra sustentabilidade*. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2012.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *Trajetórias Intelectuais e o Campo da Economia Solidária no Brasil*. Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp. 2004 (Tese).

LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, CA.: Goodyear. 1980

LEITE, M. A economia solidária e o trabalho associativo (2009) *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.24 no. 69 São Paulo, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092009000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 3 de mar. 2013

MARCONSIN, Adauto Fernandes. *Política Pública de Economia Solidária: uma política em construção*. Doutorado em Educação. Campinas: Unicamp. 2008 (Tese).

MARINHO, R. (2012) *Sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: desafios da construção de indicadores*. In: HESPANHA, P. & P. & SANTOS, A. (org.), *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*, Coimbra, Almedina.

MEAD, L. M. *Public Policy: Vision, Potential, Limits, Policy Currents*, p. 1-4, 1995

MEDEIROS, A. D, MEDEIROS, A. (2006), “O apoio ao desenvolvimento da economia popular e solidária”. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, G.; MEDEIROS, A. (Orgs) *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto, UFRGS.

MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: < www.mte.gov.br> Acesso em: 13 de jan. 2013

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. vol.2, São Paulo: Edusp, 1974.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. A inserção da economia solidária na agenda da política pública federal de geração de trabalho e renda. In: *Encontro Internacional de Economia Solidária*, 7, 2011. São Paulo. [Anais], São Paulo: USP, NESOL, 2011.

NUNES, Débora. *Incubação de empreendimentos de economia solidária: Uma aplicação da pedagogia da participação*. Annablume, 2009

PRAXEDES, Sandra Faé. *Políticas Públicas de economia solidária: novas Práticas, novas metodologias*. In: Mercado de trabalho, Brasília. IPEA, 2009.

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986

SANTOS, Boaventura de Souza (2002). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

------(2004). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez.

------(2009) *Reinventar la Democracia. Reinventar el Estado*. CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, s/d. mimeo.

SCHIOCHET, Walmor. Políticas Públicas. In: CATTANI, Antonio David (Org.) etal . *Dicionário Internacional da Outra Economia*. 1. ed. São Paulo: AlmedinaBrasil, 2011.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002^a.

SOUZA, A. R. (2007) *O processo educativo dos projetos alternativos comunitários da caritas*. Disponível em: Acesso em: 14 de jan. 2013.

SOUZA Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

VAGNER. Peter (2004). “A guerra da ciência”. In. SANTOS, B, *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez..

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APENDICE I

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Questionário Gestores

- 1- Quando tiveram início as ações de Economia Solidária da Prefeitura do Recife?
- 2- Em relação à fase da agenda de criação da Política de Economia Solidária, qual demanda foi reconhecida como problema?
- 3- Como foi realizado o processo de construção da Política de Economia Solidária da Prefeitura?
- 4- Como foi arquitetada a fase da formulação da política?
- 5- Qual o marco legal da Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife?
- 6- Quais os recursos atualmente disponíveis para o financiamento desta política pública?
- 7- Quais os espaços públicos disponíveis para a comercialização dos grupos?
- 8- Quais ações desenvolvidas e o número de grupos atendidos pela Prefeitura?
- 9- Como o Estado e sua burocracia reagem à implantação de política pública de Economia Solidária com clara intencionalidade contra-hegemônica?
- 10- Qual tem sido a participação da Prefeitura do Recife no processo de fortalecimento da Economia Solidária?
- 11- A Política Pública de Economia Solidária caracteriza-se como uma política de desenvolvimento sustentável?
- 12- A Prefeitura tem trabalhado para induzir o desenvolvimento dos grupos produtivos solidários?
- 13- Qual o papel da Política de Economia Solidária na atualidade? Quais os desafios e possibilidades?

- 26- Quais os benefícios que você alcançou fazendo parte do empreendimento de Economia Solidária? Ou não conquistou nada?
- 27- Quanto tempo faz parte do seu empreendimento?
- 28- Participa de algum fórum de Economia Solidária?
- 29- Quais são as dificuldades encontradas pelo seu empreendimento?
- 30- Seu empreendimento participa ou participou de algum projeto-capacitação de Economia Solidária da Prefeitura do Recife. Se a resposta for sim, perguntar qual projeto ou capacitação ?
- 31- Seu empreendimento frequenta feiras de Economia Solidária organizadas pela Prefeitura do Recife? Se sim, qual o local ou locais?
- 32- E quantas vezes por mês ou ano vocês expõem os produtos nessas feiras?
- 33- Participa de outra feira toda semana ou mês, onde?
- 34- Como você avalia a Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife no seu bairro ou empreendimento?
- 35- Desde a produção, capacitação, comercialização, dos produtos de Economia Solidária, o que a Prefeitura poderia fazer para melhorar a situação dos empreendimentos e seus produtos? Quais as áreas que merecem mais investimento e capacitação?

ANEXO I

Grupo Flor do Amanhecer



PEDROSA, A. P. 2012.

ANEXO II

Grupo Associação dos Artesãos de Pernambuco



PEDROSA, A. P. 2012.

ANEXO III

Grupo Associados de Produção Artesanal



PEDROSA, A. P. A, 2012.